

SEGUNDA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL (CIRADR+20)

20 a 28 de fevereiro, Cartagena, Colômbia

Fórum Mundial dos Pescadores (WFFP)



Terra e Água CIRADR+20 2026 Vídeo:

https://drive.google.com/file/d/14gPsmxQ3UNkP1QTSj6_YZLr0UYO8wLgr/view?usp=drive_link

DELEGAÇÃO DO WFFP

- Herman Kumara, Secretário-Geral, NAFSO, Sri Lanka
- Daouda Ndiaye, copresidente, CNPS, Senegal
- Christiana Saiti, Tesoureira, El Molo Forum, Quênia
- Nadine Nembhard, copresidente, CNFO, Belize
- Erdogan Kartal, membro do CC, Birlik, Turquia
- Faye Aldefolio, membro do CC, Pamalayaka, Filipinas
- Steven, Pamalayaka, Filipinas
- Jordan Volmink, membro do CC, Masifundise, África do Sul
- Melanie Brown, membro do CC, North American Marine Alliance (NAMA) e SalmonState Outreach
- Josana Pinto, membro do CC, MPP, Brasil
- Alfonso Simon Raylan, Sindicato dos Trabalhadores do Mar, Panamá
- Devon Shirron Stephen, CNFO, Santa Lúcia
- Ramkrishna Tandel, NFF, Índia
- Saeed Baloch, Aliança dos Trabalhadores da Pesca de Bangladesh, Bangladesh
- Ravadee Prasertcharoensuk, Fundação para o Desenvolvimento Sustentável, Tailândia

EQUIPE DE APOIO DA WFFP

- Este Narvaéz, NAMA (comunicações)
- Katie Sandwell, Instituto Transnacional (TNI)
- Paula Satizábal, Instituto Helmholtz para a Biodiversidade Marinha Funcional (HIFMB)

APOIO DO CIP

- Stefano Mori e Pascal Benincasa (Crocevia)
- Philippe Seufert (FIAN)
- Candelaria Araoz e Lina M. Saavedra-Díaz (CIAPA)

INTERPRETAÇÃO

- Turco: Ahusevi Dino e Narin Koray Saka
- Espanhol, português, inglês, francês: interpretação organizada pelo CIP

PRINCIPAIS EVENTOS DO CIRADR+20:

- I. Conferência Acadêmica Internacional “Terra, Vida e Sociedade” antes da CIRADR+20: 20–22 de fevereiro.
- II. Fórum dos Povos e Movimentos Sociais: “Unidos pela terra, pela água, pelos territórios e pela dignidade”: 22–23 de fevereiro.
- III. Reunião intergovernamental: 24 a 28 de fevereiro.

RELATÓRIOS PREPARATÓRIOS, INTERVENÇÕES E DECLARAÇÕES DE POSIÇÃO (divulgados antes da CIRADR+20). Observação: Os materiais complementares estão disponíveis em inglês.

- Marés Crescentes, Costas em Recuo e Direitos Afundados: Crise Climática e as Lutas dos Povos Pescadores. Yifang Tang (FIAN). Publicado pela WFFP ([Material complementar 1](#)).
- Controle popular sobre a terra, a água e os territórios: Reforma agrária pela alimentação, pela vida e pela dignidade. Documento de posição para o CIRADR+20. Grupo de Trabalho sobre Terra, Florestas, Água e Territórios do CIP ([Material complementar 2](#)).
- Resumo de políticas. Recuperação de territórios: promovendo a posse consuetudinária e o direito aos territórios na governança da pesca. CIP ([Material complementar 3](#)).
- Reforma Agrária para os Tempos Contemporâneos. Redistribuição, Restituição, Reconhecimento e Regulamentação como os Quatro Pilares de uma Reforma Integral. La Via Campesina ([Material complementar 4](#)).
- Relatório sobre a terra e o direito à alimentação. Michael Fakhri, Relator da ONU sobre o Direito à Alimentação. A/HRC/61/51 ([Material complementar 5](#)).
- Da posse consuetudinária ao capital: conectando as lutas territoriais dos povos do mar, da água e dos pescadores às redes globais de produção, à política fundiária e aos debates agrários. Paula Satizábal, Yukari Sekine, Carolina Hernández, Catalina García, Carmen Mannarino, Wilmien Wicomb, Carsten Pedersen, Jackie Sunde ([Material complementar 6 e 7](#)).



I. CONFERÊNCIA ACADÊMICA INTERNACIONAL “TERRA, VIDA E SOCIEDADE” ANTES DO CIRADR+20

21 de fevereiro

Sessão paralela sobre Movimentos Sociais, Agência Social, Revindicações e Formas de Resistência – Sessão 2. Intervenção. Da posse consuetudinária ao capital: conectando as lutas territoriais dos povos do oceano, da água e dos pescadores às redes globais de produção, à política fundiária e aos debates agrários. Paula Satizábal, Yukari Sekine, Carolina Hernández, Catalina García, Carmen Mannarino, Wilmien Wicomb, Carsten Pedersen, Jackie Sunde ([materiais complementares 6 e 7](#)), apresentado por Paula na sessão paralela sobre Movimentos Sociais, Agência Social, Revindicações e Formas de Resistência – Sessão 2.

Diálogo. Tecendo Solidariedade pela Soberania Alimentar e Defesa dos Territórios em Terra, Oceanos e Águas: Um Diálogo com os Movimentos. Organizadores: Paula, Yukari Sekine (Coletivo de Acadêmicos-Ativistas Agrários do Sul – CASAS), Carolina Hernández (Centro de Pensamento Rio Magdalena, Universidade Nacional da Colômbia, Colômbia; Université Sorbonne Nouvelle), Carsten Pedersen (TNI). Palestrantes: Ómar Guarín Villazón (Confederação *Mesa Nacional de Pescadores Artesanais* da Colômbia – COMENALPAC). Herman Kumara e Melanie Brown. Moderadoras: Paula e Carolina.

Este diálogo entre líderes dos movimentos de pescadores e pesquisadores busca conectar as lutas territoriais que abrangem terras, águas interiores e oceanos e discutir: que tipo de alianças podem ser formadas com aqueles que trabalham com questões de reforma agrária/terra e oceanos/águas interiores? Que papel o movimento pela soberania alimentar poderia desempenhar na superação dessa dicotomia? Que tipo de mudanças estruturais são necessárias para abordar a interconectividade entre oceanos, águas interiores e terra? Como os pesquisadores poderiam apoiar os movimentos na construção de pontes e na conexão das lutas entre esses dois polos? A que as políticas de reforma agrária/fundiária devem prestar atenção para superar essa dicotomia? Quais são os imaginários futuros para transformar os sistemas de produção da morte e proteger os modos de vida e os territórios dos povos pescadores? Veja a nota conceitual no [material complementar 8](#).



Notas (segunda metade):

Como a WFFP está se mobilizando em apoio aos direitos dos pescadores? (Herman)

- As comunidades pesqueiras enfrentam grandes desafios devido às políticas da FAO, que afirmam que os pescadores de pequena escala são menos produtivos do que a aquicultura – alegando que 60% da produção pesqueira provém da aquicultura.

- As comunidades pesqueiras que fornecem alimentos para as nações, meios de subsistência e alimentos para as comunidades não são mais consideradas importantes, sendo enquadradas como menos importantes do que os trabalhadores industriais.
- Estamos promovendo esta campanha, afirmando que esses pescadores – os pescadores tradicionais e artesanais – são importantes.
- Nas diversas Assembleias do WFFP – de mulheres, jovens, indígenas e pescadores de águas interiores –, trazemos o espírito do povo e mostramos a força do povo, como ele está proporcionando tanto alimentos quanto soluções climáticas.
- Na última Assembleia Geral da WFFP, em 2024, decidimos que o principal programa da FAO, seu programa de “transformação azul”, precisa ser sistematicamente contestado.
- Lançamos nossa campanha, reunindo movimentos sociais, incluindo aliados como a WFFP, a WMW, a WAMIP e outros movimentos sociais, formando um grupo de pessoas que lutam contra a captura corporativa da pesca.
- Isso começou no Fórum Nyeleni: os movimentos globais pela alimentação adotaram lá oito grandes ações coletivas, e a Campanha contra a Aquicultura é uma delas.
- Estamos lutando para defender os direitos dos pescadores tradicionais e artesanais em todos esses lugares.

Como as lutas territoriais se conectam com as comunidades pesqueiras, tanto no interior quanto no oceano? Quais são as maiores possibilidades de cooperação?

Ómar

- esse é um grande desafio que todo movimento social enfrenta: articular-se.
- Na Colômbia, em 2022, conseguimos realizar uma assembleia de camponeses, incluindo pescadores – uma participação muito importante dos pescadores na cúpula em Bogotá.
- Começamos, portanto, a nos articular com os agricultores e pastores – espaços e processos de diálogo são fundamentais.
- Criamos a CNC – Convenção Nacional Camponesa, continuamos trabalhando nos processos, propusemos uma agenda ao governo nacional que foi adotada. Foi formada uma comissão multinacional sobre assuntos camponeses, em diálogo permanente com o governo sobre questões que afetam os camponeses, incluindo pescadores tradicionais e artesanais.
- Há diversidade de comunidades indígenas e afro-colombianas, todas reunidas em um único grupo. Estamos conseguindo conquistar vitórias incríveis juntos.
- A comissão mista nacional sobre assuntos camponeses produziu a resolução 484, que tratava da agência nacional de pesca; foi publicado um decreto sobre alimentos aquáticos, que visa indicar certas áreas preservadas para pescadores camponeses.
- A articulação de diferentes movimentos sociais é importante; não todos puxando em direções diferentes, mas juntos, gerando o desenvolvimento econômico e social que a Colômbia merece.

Melanie

- No Alasca, existem diferentes formas de gerenciar nossa pesca entre o interior e o oceano profundo. No oceano, nas águas federais, a pesca industrial está impedindo que os salmões retornem aos seus rios de origem, causando imenso sofrimento às pessoas que os aguardam.
- Em outros lugares, o uso da terra está sendo alterado: terras públicas que antes eram abertas para a caça e a pesca tradicionais agora estão sendo rapidamente destinadas ao desenvolvimento da mineração. As pessoas que vivem em áreas rurais dependem dessas áreas para se alimentar.
- Existem entidades nacionais tentando mudar o sistema e eliminar a representação dessas comunidades locais que conhecem melhor a terra, percorrem-na diariamente e observam suas mudanças.

- O Safari Club International está trabalhando para eliminar esses órgãos locais que são tão importantes para definir como as pessoas podem continuar a se relacionar com a terra.
- Mas, às vezes, uma ameaça pode ajudar a motivar as pessoas – elas têm se manifestado, fazendo muito barulho em torno dessas questões.
- Infelizmente, é difícil se organizar em torno dessas questões, mas é animador ver pessoas das comunidades locais se engajando, por exemplo, nos comitês que definem os limites de captura no Mar de Bering, e resistindo aos caçadores de troféus ricos que não levam em conta as necessidades dos pescadores que estão tentando se alimentar.
- Poderíamos ver pescadores e agricultores se unindo em torno do aproveitamento total do peixe – o peixe é um ativador de solo incrível. No processamento industrial, cabeças e espinhas de peixe são descartadas como lixo. Parte disso poderia ser transformada em alimento nutritivo. Mas, caso contrário, essas carcaças poderiam ser devolvidas à terra como um fertilizante incrível, nutritivo e natural. Essa poderia ser uma ótima maneira de unir as pessoas que trabalham a terra e as que ganham a vida na água.

Herman

- Essa é uma questão realmente oportuna e necessária. Todos nós que dependemos de recursos naturais, sejam da terra ou da água, estamos sujeitos às políticas econômicas neoliberais.
- Portanto, todos nós somos fortemente afetados por essas políticas. No entanto, os agricultores muitas vezes se sentem como os grupos mais afetados e mais marginalizados. Os pastores também. E os pescadores também. Em todos esses setores, mulheres e crianças são as mais afetadas.
- Portanto, este é um momento crítico para trabalharmos juntos: os movimentos, mas também os aliados e apoiadores que se preocupam com o futuro do mundo.
- Em Nyeleni, tivemos uma grande oportunidade para isso – todos concordamos que não pode ser uma luta isolada, mas deve haver convergência, trabalhando juntos para abordar essas questões.
- Nesse sentido, percebemos que era necessário reunir todos os diferentes movimentos, aliados e movimentos sociais.
- Aos poucos, estamos nos unindo, em vez de lutar isoladamente em nossos próprios setores.
- O CIRADR é um dos espaços onde decidimos trabalhar juntos. Da mesma forma, quando vamos juntos para Camarões e para a Mongólia para a assembleia geral da WAMIP, todos trabalhamos juntos com foco na soberania alimentar.
- Os agricultores dizem que a agroecologia será a ferramenta; nós dizemos que, para a pesca, deve ser a aquaecologia, mas estamos todos trabalhando juntos pelos mesmos objetivos. Agora estamos levando adiante esse programa comum em vários espaços e processos, avançando juntos.

Paula: obrigada a todos por articularem o esforço de identificar lutas semelhantes e localizar os mesmos pontos que precisam ser fortalecidos para gerar essa aliança. Sabemos que os movimentos de pescadores têm sido muito bem-sucedidos no desenvolvimento de instrumentos como as Diretrizes para a Pesca de Escala Pequena (PPE) e também no desenvolvimento de ferramentas jurídicas nacionais. No entanto, identificamos que um dos grandes obstáculos continua sendo a implementação dessas ferramentas. Quais têm sido os principais obstáculos à implementação e como podemos superá-los?

Ómar

- Um grande desafio nisso – diferentes instituições foram criadas pelo neoliberalismo. Desde que este governo assumiu o mandato, eles tentaram fazer coisas importantes para o país. Mas as matrizes incorporadas nessas instituições tornaram isso impossível.
- Tentamos modificar leis, mas o Congresso bloqueou muitos esforços.

- Esses são os obstáculos à transformação necessária na Colômbia. Vejo uma grande luta no horizonte, para mudar, para nos livrarmos da matriz que está incorporada em diferentes instituições.
- Esse tem sido o calcanhar de Aquiles da Colômbia, e é um grande problema.
- Isso é muito complexo: o governo e seus ministérios estão tentando promover mudanças, mas as matrizes das diferentes instituições impedem que ele consiga isso.
- Esta é a continuação de uma longa luta. A história se acumulou.
- Precisamos continuar enfrentando esse desafio. O maior desafio para o governo nacional é combater essa teia criada dentro das instituições, para que elas possam tomar medidas coerentes em benefício da população.

Melanie

- Quando se trata de superar obstáculos – você perguntou como as pessoas da terra e da água podem se unir, mas é realmente importante destacar o processo colaborativo pelo qual eu ansiava antes de me afiliar à WFFP.
- Antes disso, eu percebia uma enorme lacuna entre o conhecimento ecológico tradicional e o conhecimento que os pescadores – assim como os agricultores – possuem, o conhecimento ecológico e a observação de todo o mundo ao seu redor, no qual vivem e experimentam constantemente, por parte da comunidade científica e acadêmica. A comunidade acadêmica muitas vezes considera essa forma de conhecimento como algo natural.
- Mas, desde que me associei à WFFP, tenho ficado impressionado com o envolvimento da comunidade acadêmica, com a forma como os acadêmicos olham para os pescadores e para o conhecimento que eles produzem. Quando as pessoas se valorizam mutuamente e respeitam suas diferentes formas de conhecimento, torna-se possível uma síntese de conhecimento que tece uma incrível tapeçaria de algo que esclarece as coisas para todos. Com esse tipo de resolução colaborativa de problemas, tudo é possível. Espero que essas formas de trabalho se expandam e se proliferem para resolver problemas aparentemente insuperáveis.
- As Diretrizes da PPE foram reconhecidas em nível internacional. Como um instrumento voluntário, não obrigatório em lugar algum, elas são limitadas. Mas são um modelo extremamente útil para pressionar os formuladores de políticas nacionais e oferecem um modelo incrível para honrar os povos originários, os pescadores indígenas e seus conhecimentos tradicionais.
- Se os peixes não forem interceptados no mar e impedidos de voltar para casa, se suas rotas não forem interrompidas por barragens, mineração, perda de habitat, pescadores industriais, e se os povos originários forem alimentados, então todos terão o que comer. Por que as pessoas não entendem isso?
- As Diretrizes da PPE realmente apontam para essa visão. Analise isso e considere como você poderia implementar as Diretrizes da PPE em seu próprio país.

Herman

- As Diretrizes da PPE e outros instrumentos da ONU não são necessariamente adotados pela sociedade civil e pelos movimentos sociais – eles foram adotados pelos Estados, que são os únicos que devem votar neles. São eles que devem implementá-los em seus próprios países.
- Infelizmente, eles não respeitam o que eles próprios concordaram – sejam elas voluntárias ou obrigatórias, cada vez mais os Estados não respeitam os direitos humanos básicos.
- As Diretrizes PPE são voluntárias, mas baseiam-se em vários instrumentos de direitos humanos e são, elas próprias, um instrumento de direitos humanos.
- Garantir os meios de subsistência, a segurança alimentar das pessoas etc. é responsabilidade dos governos.
- Mas, em nível nacional, muitos governos não as implementam.

- Quando não as implementam como deveriam, os movimentos sociais tentam pressionar seus governos a agir.
- Então surge o desafio: os governos nem sempre estão prontos para implementá-las, pois são pressionados por múltiplas agendas, incluindo as agendas corporativas.
- Quando tentamos levantar essa questão no âmbito nacional, somos tratados como criminosos. Não estamos recebendo apoio adequado das Diretrizes. Portanto, precisamos de bases mais poderosas e amplas para pressionar os governos a tomar essas medidas, com as quais eles já concordaram no âmbito internacional.
- Ao mesmo tempo, no âmbito da ONU, as ONGs ambientais estão pressionando os órgãos da ONU para obter recursos – os pescadores dependem da terra, da pesca e das florestas, mas as empresas estão tentando se apropriar desses recursos, às vezes por meio das chamadas agendas de conservação, como o acordo 30X30 da ONU e os mecanismos de Planejamento Espacial Marinho, que, na verdade, são impulsionados pelas empresas e estão deslocando as pessoas dos territórios dos quais dependem para sua subsistência.
- Quando nos posicionamos para reivindicar nossos direitos, nossas terras, pesqueiros e florestas, somos criminalizados.

Carolina: quais seriam as propostas dos movimentos que você representa? Que caminho podemos seguir em termos de reformas agrárias, tanto em relação à terra quanto à pesca, na preparação para a CIRADR? Como os pesquisadores podem apoiar?

Ómar

- A Colômbia deu passos importantes, desenvolvendo critérios unificados e uma agenda comum. Estabelecemos ferramentas jurídicas. O decreto sobre alimentos aquáticos, impulsionado por organizações de pescadores. Esta é uma aposta e e dos movimentos. A academia deve se envolver por meio de mais pesquisas para tentar implementar essas ações, levando em conta que esses modelos de território precisam ser implementados com base em um trabalho de base – como estabelecemos meios de subsistência sustentáveis nos territórios?
- Precisamos ouvir os territórios, e a academia desempenha um papel fundamental para ajudar a fazer com que suas vozes sejam ouvidas.

Melanie

- É importante ver o mundo inteiro como um ecossistema. A separação entre terra e água nos impediu de ver o quanto elas estão conectadas e como desequilibramos esse sistema.
- Precisamos honrar o equilíbrio entre o mar e a terra e considerar a gestão baseada no ecossistema, vendo todos esses ecossistemas como conectados e parte de um sistema integral. É isso que o salmão nos ensina. Se conseguirmos ver o mundo dessa forma, poderemos reparar grande parte dos danos causados à nossa Terra e que desequilibraram o ecossistema.
- Também acho importante reconhecer o fato de que nós, como seres humanos, temos problemas de comportamento. Alguns têm mais do que outros. Parece que são os mais ricos que têm os maiores problemas. O dinheiro nos faz esquecer as coisas que nos tornam verdadeiros seres humanos.
- Espero que, se conseguirmos reconhecer isso, possamos reverter a situação. O salmão nos dá um bom exemplo com seu ciclo de crescimento, retorno e compartilhamento. Esses são os valores que devemos valorizar, não os valores do capitalismo e da acumulação de riqueza e poder.
- Precisamos deixar de ser crianças na caixa de areia querendo todos os brinquedos só para nós. Somos melhores do que isso, sei que podemos ser.

Herman

- A WFFP acredita que o poder deve estar com o povo, nas mãos do povo.

- Temos conhecimento tradicional, vivemos em harmonia com a natureza, mas, quando se trata da mesa de negociações, os formuladores de políticas não consideram esse conhecimento importante.
- Ter o conhecimento e as práticas tradicionais para conservar a natureza é algo invisível.
- A maioria dos instrumentos, como a UNDROP e a UNDRIP, tem muitos aspectos positivos, mas eles não estão realmente chegando às pessoas; as pessoas não sabem sobre eles.
- O conhecimento tradicional que as pessoas têm precisa estar conectado.
- Da mesma forma, os acadêmicos e estudiosos têm muito conhecimento entre vocês, mas esse conhecimento não está chegando às pessoas que estão negociando nosso futuro.
- As pessoas nas mesas de negociação ainda consideram os pescadores e os agricultores sem importância e ignorantes.
- Os acadêmicos têm um papel a desempenhar aqui.
- Nem sempre temos capacidade para lidar com esses documentos técnicos e jargões. Vocês, acadêmicos, devem nos ajudar a compreendê-los e interpretá-los. E, com base no nosso conhecimento, vocês devem nos ajudar a pressionar por políticas que realmente nos apoiem.
- Essa pode ser uma colaboração muito poderosa.
- Ao mesmo tempo, vocês podem nos ajudar a compreender os processos que estão expulsando as pessoas de seus territórios e a combatê-los.
- Esses diferentes setores estão se unindo para lutar juntos, mas o conhecimento de vocês pode ajudar nisso. As pessoas vão lutar, nunca desistiremos, mas vocês podem alimentá-las com seu conhecimento e experiência.

Paula: Muito obrigada por suas contribuições e por essas palavras sobre “poder ao povo”, compartilhando conhecimento, mas garantindo que as pessoas que vivem da terra e dos oceanos estejam sempre no comando.

Perguntas e Respostas

- Como vocês preservam os peixes nativos e os ecossistemas? Vocês têm estratégias que não dependem de outros movimentos?
- Sobre agroecologia e aquicultura – certamente você não está dizendo que toda aquicultura é ruim. Com “aquaecologia”, você se refere a um tipo específico de aquicultura? Que tipo de aquicultura você endossaria? No Sudeste Asiático, existem formas de aquicultura tradicional que remontam a séculos.
- Em uma sessão anterior, nos disseram para considerar os camponeses como detentores de direitos, e os acadêmicos foram convidados a refletir sobre a definição de camponês. Uma das perguntas feitas foi pensar sobre esses “camponeses anfíbios”. Essa identidade está surgindo recentemente. O que se espera das instituições? A terra é vista como propriedade a ser redistribuída. Mas a água é mais complicada, um bem comum, indispensável para a vida. Como podemos pensar sobre a redistribuição nesse contexto?

Ómar

- É importante que as organizações tenham capacidade interna. Se não tivermos isso, seremos sempre mendigos, sob uma mentalidade paternalista.
- Queremos proteger as zonas úmidas com condições adequadas para a produção de peixes. Por isso, estamos estabelecendo linhas de crédito que nos permitirão realizar um projeto hidrelétrico no rio Magdalena. Não podemos ficar pedindo ajuda repetidamente, precisamos de capacidade permanente.
- As políticas neoliberais precisam chegar ao fim. Esse é o nosso compromisso como organização.
- A definição de “camponeses anfíbios” não é novidade – ela surgiu com a Associação de Usuários Camponeses da Colômbia – foi publicado um livro sobre isso, estabelecendo que

existem “camponeses da terra” e “camponeses da água”, todos ligados ao universo da produção na Colômbia, e somos uma força a ser reconhecida.

- Temos a capacidade de considerar diferentes dinâmicas e chegar a um cenário em que todos possamos sair ganhando, tanto os camponeses da terra quanto os camponeses da pesca. Tudo depende da articulação.

Herman

- Aquicultura: quando falo de aquicultura, estou me referindo à aquicultura liderada por corporações. Não se trata da aquicultura tradicional de pequena escala que praticamos em nossos países.
- As mulheres têm suas próprias formas de praticar a aquicultura. Por exemplo, no Sri Lanka, os pepinos-do-mar são cultivados por mulheres.
- Mas a mesma terra está sendo convertida agora em cultivo industrial de pepinos-do-mar.
- Isso deslocou as mulheres que tradicionalmente os cultivavam; afetou o ecossistema; utiliza produtos químicos que destroem o ambiente natural para os pescadores de lagoa; e, de muitas maneiras, os meios de subsistência e os ambientes estão sendo destruídos.
- Não se trata mais necessariamente de pequenos pescadores – o principal objetivo não é o consumo local, mas a exportação, para a Europa e outros lugares.
- Centenas de milhares de pessoas passam fome na Ásia. Portanto, não queremos promover esse tipo de aquicultura. Queremos ver como nossos pescadores poderiam alimentar nossas nações.
- Dessa forma, garantimos meios de subsistência, nutrição e a sobrevivência dos ecossistemas.
- A aquicultura corporativa tem objetivos completamente diferentes – não se destina à subsistência. Eles “exploram e fogem”. É assim que utilizam o meio ambiente.
- Vemos quantas mulheres no meu país e em outros países afetados. Há muitas famílias chefiadas por mulheres que dependem disso para sua subsistência. Com investimentos em grande escala na aquicultura, essas pessoas estão sendo deslocadas novamente.
- É contra isso que nos opomos.
- Promovemos a aquaecologia para alcançar a soberania alimentar. Isso coloca em primeiro lugar os direitos das pessoas, a nutrição da comunidade e o florescimento dos sistemas alimentares locais. Parte da produção pode ser exportada, mas a população local deve ser alimentada primeiro, e apenas o excedente deve ser exportado.
- Aquaecologia – como garantir a produção de peixes sem prejudicar a vida das pessoas, os ecossistemas e o direito à alimentação nutritiva para as pessoas.

P&R: Não deveríamos falar de aquaecologia em vez de agroecologia? A agroecologia é baseada na terra.

- Herman: Agradecemos muito esse comentário, pois estamos de fato falando sobre “aquaecologia” como o caminho para a soberania alimentar no setor pesqueiro. Precisamos do apoio de nossos acadêmicos ativistas para continuar desenvolvendo esses conceitos. Promovemos a aquaecologia como um caminho para alcançar a soberania alimentar nas comunidades pesqueiras.



Intervenção na sessão plenária. Nadine. Painei 5 da sessão plenária. Política de Recursos Naturais no Contexto da Água, da Crise Climática e da Biodiversidade. Moderador: Esteve Corbera, ICTA-UAB Barcelona



Quem realmente se beneficia das chamadas soluções de “Transformação Azul”, como os mercados de carbono e a aquicultura industrial? A Transformação Azul é promovida como uma solução vantajosa para todos, mas, da perspectiva dos pescadores de pequena escala, isso não é verdade. Trata-se de poder e controle sobre os territórios. O Painel de Peritos de Alto Nível sobre Segurança Alimentar e Nutrição (HLPE-FSN) abriu uma consulta eletrônica com prazo até 13 de fevereiro de 2026. E, como WFP, afirmamos em nossa contribuição que o que estamos testemunhando é: “A financeirização da pesca... parte de uma transformação neoliberal mais ampla na qual o capital especulativo busca lucro por meio da privatização, da mercantilização e do controle corporativo.”

Mercados de carbono: política climática ou apropriação dos oceanos?

Os projetos de carbono azul são apresentados como soluções climáticas. Manguezais, ervas marinhas e ecossistemas costeiros são mapeados e convertidos em créditos de carbono. Esses créditos são vendidos para que as corporações possam compensar suas emissões. Mas, como destaca nosso relatório, isso reflete: “A mercantilização dos recursos marinhos e a reformulação dos direitos de acesso, o que tem implicações profundas para os produtores locais e a governança dos espaços marinhos.” Os mercados de carbono não reduzem as emissões na fonte. Eles permitem a extração contínua de combustíveis fósseis, enquanto transferem a responsabilidade para outro lugar.

Enquanto isso, nos territórios costeiros:

- O acesso consuetudinário torna-se restrito.
- A governança passa das comunidades para os investidores.
- A conservação é financeirizada.

Isso faz parte do que identificamos claramente como apropriação de terras, água e oceanos

Portanto, devemos perguntar: Se levássemos a sério a mitigação das emissões de carbono, nós:

- Acabar com os subsídios aos combustíveis fósseis.
- Proibir a pesca de arrasto de fundo industrial destrutiva
- Garantir a posse marítima consuetudinária.

Em vez disso, estamos transformando ecossistemas em ativos especulativos. Conforme afirmamos no relatório da WFFP:

“A financeirização da natureza e dos bens comuns não é apenas um processo econômico, mas também uma luta material por território, identidade e justiça.”

O oceano não é um banco de carbono. É o nosso território vivo. Em dezembro passado, um líder indígena do Panamá me disse: **“O oceano é a nossa geladeira.”** É de onde vem a comida. É onde a cultura vive. É como as famílias sobrevivem.

Aquicultura industrial: narrativa falsa sobre segurança alimentar

Vamos agora nos voltar para a aquicultura industrial — frequentemente promovida como a resposta para a fome. Nossa contribuição afirma claramente: “A aquicultura industrial é um exemplo perfeito de respostas falsas para acabar com a fome na Economia Azul.” Por quê? Porque a segurança alimentar não pode ser medida apenas pelo volume de produção. Ela deve levar em conta:

- Quem controla os recursos.
- Quem se beneficia.
- Quem arca com os riscos.

Evidências das comunidades de pescadores mostram que a aquicultura “muitas vezes prejudica a segurança alimentar, os meios de subsistência e os ecossistemas, em vez de fortalecê-los”. A aquicultura industrial causa:

- A propagação de doenças para populações de peixes selvagens.
- Poluição por plástico e contaminação por microplásticos.
- Conflitos territoriais e perda de acesso.
- A apropriação de terras costeiras pelas elites.
- A lista continua...

E, fundamentalmente, depende de cadeias de abastecimento globalizadas.

Nossa contribuição menciona que, em 2020, a indústria norueguesa do salmão utilizou aproximadamente 144.000 toneladas métricas de pequenos peixes pelágicos da África Ocidental, peixes que poderiam ter alimentado até 4 milhões de pessoas localmente. Trata-se de proteína extraída do Sul Global para abastecer mercados de luxo no Norte Global. Isso não é segurança alimentar. Isso é espoliação nutricional. Também destacamos que os projetos de aquicultura frequentemente entram em colapso assim que o financiamento externo termina, demonstrando incompatibilidade estrutural com as realidades de subsistência dos pescadores.

Como afirmamos claramente:

“Projetos de aquicultura fracassados deixam as comunidades mais vulneráveis.” **Então, novamente, quem se beneficia?**

Empresas transnacionais. Indústrias de exportação. Investidores financeiros. **Quem perde?**

Pescadores de pequena escala. Mulheres no setor pós-colheita e jovens são excluídos dos meios de subsistência.

Consumidores de baixa renda.

Por comida de verdade, justiça de verdade, sobrevivência de verdade, apoie aqueles que realmente sustentam você e promova mudanças sistêmicas para beneficiar todos os pequenos produtores de alimentos.

22 de fevereiro

Declaração da conferência acadêmica (ver [Material complementar 9](#)).

Algumas reflexões sobre a conferência acadêmica/declaração.

- A conferência foi muito desorganizada, com as sessões plenárias se prolongando, o que limitou o acesso às sessões paralelas. É importante ressaltar, no entanto, que houve representação de movimentos globais nas sessões plenárias e de autoridades governamentais, mas estranhamente ausentes estavam os movimentos agrários, de pescadores e de mulheres da Colômbia e de Cartagena.
- Os 5Rs/4Rs tiveram grande destaque na conferência acadêmica. A LVC fez uma intervenção muito forte, posicionando a Redistribuição, a Restituição, o Reconhecimento e a Regulamentação como os Quatro Pilares de uma Reforma Integral.
- A interligação entre terra, água e mar esteve muito presente. No entanto, continua sendo um desafio para os estudiosos agrários críticos explorar essas conexões de maneira significativa; de fato, houve algumas sessões paralelas focadas nisso, mas o tema foi tratado de forma superficial nas sessões plenárias.
- A primeira versão da declaração acadêmica não dava destaque suficiente às águas e aos oceanos, e os acadêmicos que atuam nessa área exigiram sua inclusão.
- Um total de 410 participantes de 3.000 universidades e 55 países.
- Há dificuldades em compreender os diferentes tipos de reforma, com economistas clássicos apoiando reformas que seguem as reformas neo-institucionalistas (centradas mais em estabelecer regras adequadas, por exemplo, segurança da posse da terra, também apresentadas pela FAO).

II. FÓRUM DOS POVOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: “UNIDOS PELA TERRA, ÁGUA, TERRITÓRIOS E DIGNIDADE”: 22–23 DE FEVEREIRO.



Vídeo resumo:

https://drive.google.com/file/d/15VPDqhVfMycf6hZSk7klbIL7GGGnORyH/view?usp=drive_link

Plenária de abertura

Ministro Carvajalino

- O movimento rural e camponês deu ao Estado o mandato de levar adiante uma reforma agrária.
- As inundações atuais também nos levam a pensar em reordenar o espaço seguindo os ritmos da água no território, em vez de continuar bloqueando seu fluxo. Trata-se de dignidade e autodeterminação.



Musta

- Precisamos de um comércio e de um mercado internos para nossos produtos locais.
- Nossa energia são as sementes, a terra; trata-se de nossas vidas.
- Que papel desempenhamos, como participamos como parceiros. Precisamos de querer a comida que comemos. A industrialização tira-nos isso. Somos parte das soluções.

Daniela Caravali, Cauca, Processo das Comunidades Negras

- Comunidades sujeitas à marginalização e à violência históricas. Não pode haver reforma agrária sem consentimento prévio e informado

- Temos nossas próprias relações e modos de vida em nossos territórios.
- Nossos líderes são ameaçados e assassinados por defenderem isso.
- Não queremos apenas um título; queremos que nossos territórios nos sejam devolvidos, assim como nossas práticas ancestrais. O território é vida.



Pastor – George

- Não queremos a propriedade da terra, não se pode possuir a terra; o uso da terra é multifacetado.
- A mobilidade é muito importante para os pastores; sabemos que não podemos permanecer na mesma terra, precisamos de corredores e rotas de conexão. Isso precisa ser reconhecido e respeitado.
- Participação na tomada de decisões, antes do planejamento de qualquer política.

Irene Vélez – Ministra do Meio Ambiente da Colômbia

- Histórico de abordagens de governança ambiental que são antirurais.
- Existem três armadilhas em relação à conservação e à terra:
 1. A criminalização dos camponeses: ligada a desigualdades históricas.
 2. Conservação por desapropriação. Um exemplo é a Lei 2, que estabeleceu que 42% do território da Colômbia deveria ser destinado à conservação. Vemos como essas áreas coincidem com as maiores desigualdades do país. Uma forma de resolver isso é a Resolução 083 de 2026, que permite a construção de escolas, universidades, centros de saúde e instalações de prevenção de riscos nessas áreas rurais. Também o Decreto 12, que reconheceu as autoridades indígenas como autoridades ambientais. Trata-se de um marco de transição no contexto do processo de paz.
 3. Natureza sem pessoas, promovida por elites estrangeiras.



Melanie Brown

- “Eu existo por causa do salmão; sou guiada pelo salmão”.
- Povos criando salmões geneticamente modificados, controlando populações; a terra também é usada para controlar pessoas. As crianças foram levadas.
- Mecanismos de controle, como podemos reverter isso?
- A experiência do diálogo com a conferência acadêmica para construir solidariedade, unindo-nos em solidariedade
- Espero que possamos criar juntos algo poderoso que possa ser ouvido, que documentos sejam produzidos e reconhecidos; temos que lembrar que estamos criando algo, precisamos lembrar de levar esses documentos de volta para casa e encontrar povos que tenham sementes, que possam adotar essas ideias, que possam ser aplicadas a políticas e órgãos reguladores, mudando as coisas de maneira muito sistemática.
- Estou muito inspirado pela construção de grupos de solidariedade, alcançando os povos que conhecem a terra, a água, o movimento dos peixes migratórios; ainda temos uma chance. Caminho da vida e caminho da destruição



Líder indígena

- Estratégias que desafiam a acumulação de capital, a reorganização coletiva das relações socioeconômicas com a Mãe Terra.
- Mensagem de seu povo. Não temos o luxo de outro planeta; para fazer justiça, temos que seguir a sabedoria de nossas comunidades, lutando contra o colonialismo, o status quo e o consumo de combustíveis fósseis.
- Soluções concretas para reduzir os danos e a destruição.
- Suspender qualquer novo projeto de combustíveis fósseis, subverter os combustíveis fósseis
- Temos um conceito de transições justas indígenas.

Nury CIP

- Sem movimentos sociais não há reforma agrária.
- Nem um minuto para a guerra, toda a vida pela paz.

Carvajalino, Ministro da Agricultura da Colômbia

- Temos a maior concentração de terras da história.

Análise plenária do contexto



Destino – agricultores – Tunísia LVC

- Camaradas na Palestina, presos e com acesso restrito às sementes.
- Contradição entre o imperialismo e os governos fantoches. Uma era do capitalismo com a ascensão do fascismo. Intensificação da competição imperialista, novas formas de controle e acesso à propriedade. Competição geopolítica. No Sudão, um milhão de pessoas são refugiadas, o estupro como arma de guerra.
- Várias multinacionais roubando terras, no Congo, também o estupro como arma de guerra
- Colonialismo, Palestina, pessoas mortas em Gaza, povos indígenas no Canadá, privados de seus direitos de produzir alimentos. Relatório da FAO: 2,3 milhões de pessoas sofrem de desnutrição.
- 1.000 dias de luta, na Índia, luta pela reforma agrária e pelos 4Rs.
- Luta pela agroecologia e aquaecologia.

Fernando Cantria, Pastorais WAMIPA

- Temos uma governança consuetudinária; nossas pastagens são coletivas. Áreas protegidas sobre nossas pastagens deslocam e destroem nossas tradições.

Virgine WFF

- Não há reconhecimento de nossos direitos territoriais coletivos; nossos espaços estão sendo militarizados para servir aos interesses de indústrias e corporações. A conservação é um instrumento de desapropriação.
- Vemos uma forma de colonialismo, verde, azul. Precisamos de reconhecimento legal; não há soberania alimentar sem nossos recursos hídricos.

Dimitri, Indígena, Rússia

- A terra é a nossa vida, é a nossa memória e o nosso futuro.
- O que era justificado em nome dos impérios, agora é justificado em nome do desenvolvimento, dos mercados, da adaptação climática.
- As decisões sobre nossos territórios são tomadas em outro lugar.

Profissional de saúde

- Nossa saúde é fundamental para a saúde da Terra.

- Nosso corpo é nossa primeira luta territorial no capitalismo; a crise ambiental é de morte, um modelo que se alimenta da violação de territórios, corpos e do crescimento econômico sem controle.
- Nossa perspectiva popular é nossa resistencia. A saúde não pode ser separada da nossa liberdade. Somos os primeiros profissionais de saúde; curamos ao defender nossos modos de vida agroecológicos e o *buen vivir*. A reforma agrária é mais do que redistribuição; a agroecologia é o camino.

Juventude

- Os jovens perdem suas parcelas e perdem suas possibilidades de permanecer, o conhecimento dos mais velhos; quando os jovens podem decidir, nós participamos, sustentamos a cultura, a humanidade, a ruralidade. Precisamos de intercâmbios de conhecimento.
- Nossos territórios estão vivos e, para existir, precisamos persistir.

Mulher da Guatemala

- Sem território não há soberania alimentar; sem soberania alimentar não há dignidade; e sem dignidade não há democracia.

Palestina

- Levamos 6 horas para chegar de um ponto a outro devido ao controle militar; a terra é instrumentalizada para apagar a cultura. A titulação, como projeto de reforma neoliberal, está ameaçando nossa relação com a terra como nossa ancestral, como algo sagrado. O projeto urbano criminaliza a resistência.
- Na Palestina, a resistência não é uma escolha; reconstruir nossa alimentação é fundamental para nossa autodeterminação; a terra não é geografia, é dignidade, identidade. Plantar uma oliveira é uma questão de direito à vida; o que eles destroem, nós reconstruímos.

Paula, LVC

- Pessoas de gênero e orientação sexual diversas, LGBTQ+, falta de dados e exclusão; mesmo em nossos movimentos, somos invisíveis. Êxodo rural: pessoas deixando as áreas rurais por causa do gênero. Precisamos de compromisso político dos movimentos para criar espaços seguros para esses grupos e para que sejamos incluídos nos processos de tomada de decisão que afetam nossas vidas.

Saed, Fórum dos Pescadores do Paquistão.

- Exijam nossa resolução, ela deve incluir o mar, a mineração marinha.



Sessão sobre a relevância do CIRADR, com um relato histórico do processo e a posição da FAO, liderada pela LVC.



23 de fevereiro

[notas disponíveis apenas das Américas e do Caribe]

Intervenções dos povos pescadores das Américas e do Caribe

Alfonso

- Sou do Panamá; pertenço ao povo indígena Ngäbe Buglé e estamos sendo despojados pelo nosso governo de nossa ilha e do mar, o que ameaça nosso acesso aos alimentos. Todas as decisões que afetam nossas vidas devem estar sujeitas ao consentimento prévio e informado; a lei precisa ser cumprida.

Josana

- Homens e mulheres fazem parte da reforma agrária em nossos rios e territórios, que estão sendo arrastados em nome dos interesses do capital; isso é o agronegócio, para a mineração, para a agricultura. Exigimos consentimento prévio e informado; precisamos de solidariedade entre pescadores, camponeses e povos indígenas. Os agrotóxicos que estão envenenando nossas águas e territórios estão no cerne de uma reforma agrária justa e sem medo.

Este

- A aquicultura industrial envolve muitas violações: empresas que chegam para assediar pescadores, competem nos mercados e estão diretamente ligadas à agricultura por meio da ração, com a soja vinda diretamente da Floresta Amazônica. Convidamos a apoiar esta campanha.



Os fóruns regionais apresentaram relatórios na plenária; no entanto, a elaboração da declaração para o fórum social não seguiu um processo democrático que permitisse espaço para edições e revisões. De fato, a declaração oferece um envolvimento muito limitado com as lutas dos pescadores, apenas incluídos na longa lista dos envolvidos; ela também exclui a conservação, o que é uma grande lacuna, considerando as intervenções relevantes na plenária. Havia um sentimento comum na delegação da WFFP de não ser ouvida, mesmo nas reuniões do movimento.

Ver Declaração do Fórum Social ([Material complementar 10](#)).



III. REUNIÃO INTERGOVERNAMENTAL: 24–28 DE FEVEREIRO

Veja a programação dos eventos paralelos da delegação do CIP ([Material complementar 11](#)). Durante a conferência, o WFFP montou um estande do lado de fora do Centro de Convenções para compartilhar informações e interagir com o público em geral.



24 de fevereiro

Plenária de abertura



Christiana

Senhoras e senhores, irmãos e irmãs, ministros aqui presentes, cumprindo todos os protocolos, saúdo a todos ANATE. Meu nome é Christiana Louwa, do povo Elmolo do Quênia. Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer aos ancestrais desta terra, ao povo e ao governo desta grande nação que é a Colômbia por nos receberem aqui. Agradecemos também o apoio do governo da Colômbia e do governo do Brasil para garantir que a CIRADR +20 se tornasse realidade, e é por isso que estamos aqui hoje e durante toda a semana para, coletivamente, examinar e discutir de forma crítica a transformação agrária que almejamos.

No mundo dos pescadores, não há separação entre pescadores, águas e terra, pois estes estão interligados e são interdependentes uns dos outros para a sobrevivência. A vida e os meios de subsistência dos pescadores dependem e prosperam nessa conectividade e relação.

Pesquisas realizadas por membros do Fórum Mundial dos Pescadores revelam que a interconectividade entre oceanos, águas interiores e terra não se reflete na estrutura de governança dominante; pelo contrário, as reformas políticas em territórios marinhos e aquáticos costeiros seguem, em grande parte, o mesmo princípio aplicado à terra. Pesquisas sobre transições agrárias revelam a expansão da produção de commodities para exportação — mais de 80% das commodities globais são transportadas por mar, com indústrias se expandindo de territórios costeiros para empreendimentos offshore. A exclusão dos oceanos dos debates sobre a terra e o agrário continua sendo uma lacuna importante. Os regimes de propriedade estatal e privada têm sido centrais nas reformas agrárias e fundiárias, que se manifestam no mar de maneiras complexas por meio da imposição de regimes que privatizam o controle sobre territórios, tais como a CNUDM, o Planejamento Espacial Marinho e a iniciativa 30x30. Atores estatais e privados instrumentalizam esses mecanismos para a apropriação de bens comuns consuetudinários.

No que diz respeito às reformas agrárias, a terra deve ser redistribuída aos povos indígenas, pescadores de pequena escala e comunidades pesqueiras, camponeses, mulheres, jovens e outros pequenos produtores de alimentos. Até o momento, isso não é evidente, pois muitas dessas categorias de pessoas continuam sem terra.

Por exemplo, no Quênia, onde o norte do país continua sendo uma área de terras administradas em fideicomisso pelo governo em benefício da população, as terras são controladas pelo governo e parcelas delas são atribuídas a empresas, às forças armadas, a instituições governamentais etc., em nome do desenvolvimento. Para eliminar tais práticas e políticas coloniais negativas, foi promulgada a Lei de Terras Comunitárias de 31 de agosto de 2016 para o reconhecimento, proteção e registro de terras comunitárias, bem como para colmatar essa lacuna e devolver às comunidades o acesso, o uso, a propriedade e o controle de suas terras e recursos. Devido à burocracia governamental, à política e à falta de vontade política, a Lei de Terras Comunitárias de 2016 do Quênia permaneceu um mito, e não uma realidade.

Com as diretrizes da PPE, estamos preparados para mudar as relações de poder nos territórios; quando falamos de territórios, falamos também dos oceanos. Representamos milhões de mulheres e homens que vivem do mar; não há soberania alimentar sem soberania sobre os territórios aquáticos. Os pescadores mantêm uma cultura viva; estamos testemunhando uma aceleração da apropriação de recursos azuis e verdes, os espaços marinhos estão sendo militarizados e criminalizados, há a expansão da pesca industrial, da aquicultura intensiva e das zonas de extração; ao mesmo tempo, vemos a expansão de áreas de conservação implementadas sem o reconhecimento dos direitos dos povos pescadores. A conservação não deve se tornar um novo instrumento de desapropriação. O CIRADR+20 deve passar da transição para a implementação, com mecanismos concretos; precisamos de prestação de contas:

1. Devemos reconhecer explicitamente os direitos marinhos costeiros dos ecossistemas marinhos costeiros, integrando a pesca na reforma agrária e fundiária.
2. As políticas de conservação e climáticas devem basear-se na governança comunitária e no consentimento livre, prévio e informado.
3. Implementação das Diretrizes para a Pesca Artesanal.
4. Integração da PES na tomada de decisões das delegações nacionais.

Acesso à defesa dos direitos coletivos e ampliação do poder. Os pescadores de pequena escala não pedem privilégios, pedimos o reconhecimento de direitos; sem água e oceanos, não há soberania alimentar.

Outra lacuna é a falha na implementação de instrumentos já acordados, como as Diretrizes da FAO para a PES, que representam o primeiro instrumento internacional dedicado à pesca em pequena escala, aos direitos e à proteção das comunidades pesqueiras em todo o mundo. Outra lacuna que temos enfrentado é o fato de que as leis que regem a terra e as águas são fragmentadas e não se articulam entre si. Elas precisam ser harmonizadas.

A soberania alimentar é fundamental para as lutas territoriais consuetudinárias. Os oceanos e as águas interiores são o cerne das transformações fundiárias e agrárias; ignorá-los significa perder de vista uma parte crucial do capitalismo e as possibilidades de recuperar os bens comuns e salvaguardar o controle consuetudinário.

Exortamos os governos a assumirem a responsabilidade e implementarem todos os instrumentos acordados existentes sobre a posse da terra e a pesca.

- Harmonizar as leis sobre reformas agrárias e territórios hídricos.
- Exortamos todos os movimentos a manter viva a esperança por meio de nossas lutas.

MANTENHAM A ESPERANÇA VIVA!

Mapambano mapambano

BADO MAPAMBANO!

25 de fevereiro

Quem decide sobre nossa terra?

Gravação disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=hTIKshguYNk>

Michael Fakrhi

- A arbitragem internacional é um processo em que um advogado lida com uma disputa; se você for à Justiça, os únicos que ganham são os advogados. A razão pela qual acabamos lá é por causa de tratados bilaterais, e partes desses tratados contêm cláusulas que podem ser usadas para processar governos e empresas. Eles favorecem os investidores internacionais e não levam em conta os cidadãos; esses tipos de tratados contornam os tribunais.
- Lembre-se disso: quando os governos assinam esses tratados que levam a processos internacionais, esses processos protegem seus interesses em relação à concentração de propriedade e terras, independentemente do que os governos façam em termos de reforma, a menos que se retirem desses processos. Esses processos de reforma devem envolver a revisão dos tratados e um processo para se retirar dos tratados que contenham essas cláusulas sobre processos de arbitragem internacional.
- Um sistema concebido como uma via de mão única: os investidores podem processar os Estados; por cada dólar investido, essas empresas enviam 10 dólares de volta aos seus países de origem; a ligação entre isso e a acumulação de terras. A extração de recursos naturais, seja qual for a definição, deixa-nos vulneráveis a violações desses tratados. Um apelo para que os Estados abandonem esses tratados.

Pesca e oceanos: direitos coletivos, cuidado com os ecossistemas aquáticos e meios de subsistência

dignos. Organizado pelo Grupo de Trabalho sobre Pesca do CIP, Stefano Mori e Candelaria Araoz. Evento paralelo. Moderado por Lina M. Saavedra-Díaz (Universidade de Magdalena, CIAPA) e Paula. Palestrantes: Ravadee, Michael Fakhri, Virginie Lagarde (WFF), Gustavo Souto de Noronha (Diretor Técnico do INCRA – Brasil), Erlid Arroyo (Associação IFISH, Federação de Pescadores Artesanais de Providencia e Santa Catalina). Veja a nota conceitual ([Material complementar 12](#)).



Lina

- O principal objetivo do evento paralelo é investigar o que significa a concretização do direito aos territórios no contexto dos pescadores de pequena escala, coletores de peixes, trabalhadores do setor pesqueiro e comunidades costeiras (doravante referidos como Pesca de Pequena Escala e Povos Indígenas). Assim como a reforma agrária aborda a injustiça histórica na distribuição de terras, os territórios costeiros e aquáticos exigem reformas redistributivas para garantir direitos coletivos e

meios de subsistência dignos para os povos pescadores. Para apoiar e reconhecer o papel dos povos pescadores nos debates sobre reforma agrária e desenvolvimento rural, as políticas precisam reconhecer os direitos consuetudinários à terra, à água e aos ecossistemas aquáticos, e defender o conceito de “maritório” e de territórios marinhos e continentais como espaços indivisíveis de vida e cultura.

- Também gostaria de mencionar as Diretrizes para a PES, que são fundamentais, e é importante discutir como implementá-las. Ouvimos falar das 4Rs: reconhecimento, restituição, reparação e redistribuição; precisamos acrescentar mais um R: repensar a reforma agrária no contexto das águas e dos oceanos.

Erlid

- Para falar de uma reforma que inclua os pescadores e os oceanos, é fundamental que ela seja integral; precisa incluir todos os ecossistemas; precisamos estar envolvidos em todas as ações que impactam nossos territórios.
- Somos o povo Raizal, sentimos que a reforma está falando apenas de terra e sentimos que todas as ações políticas nos excluem. O presidente tem dito em todas as suas intervenções que os pescadores são fundamentais, que nossas práticas são importantes, precisamos ser considerados, não estamos incluídos em suas visões de reparação, restituição, justiça; é o modelo capitalista que continua no centro, favorecendo poucos indivíduos. As grandes indústrias e nós conseguimos muitas decisões judiciais importantes, desde 1991, artigo 310, bem como processos globais. Mas a implementação é fundamental. Quando falam de processos para comprar terras para a comunidade, os assentamentos dos povos pescadores muitas vezes não são incluídos; estamos falando também de processos coletivos. Essa fragmentação da terra e das diferentes jurisdições exclui e marginaliza os povos pescadores. Também precisamos de acesso a créditos, à segurança territorial para garantir nossa posse e à previdência social para nossas famílias.



Michael

- Uma abordagem de direitos humanos à pesca, com foco nas pessoas e nas comunidades, não é por aí que os governos começam. Os governos tratam a pesca como um setor e uma indústria; uma expressão comum que os governos usam é a economia azul ou finanças azuis, para equilibrar o crescimento econômico. A abordagem de direitos humanos significa começar pelas pessoas; a ideia da economia azul é uma fantasia; a água é vida, a governança é a realidade. Milhões de pessoas moldam seu modo de vida a partir de sua relação com a água; o que está em jogo são os meios de subsistência das pessoas, o sentido da vida. Dignidade e autodeterminação. Contexto cultural, social e existencial: os pescadores são o coração das comunidades costeiras. Os povos indígenas e as mulheres, que enfrentam algumas das lutas mais difíceis, precisam de um envolvimento significativo com os pescadores. Dar aos pescadores a oportunidade de moldar a agenda e o território da UNDRIP para os povos indígenas.

- As diretrizes da PPE reconhecem a pesca como uma abordagem baseada nos direitos humanos. Obrigar os governos a cumprir suas obrigações é boa política. Como implementar? O problema não está apenas nos governos; o problema é a FAO.

Ravadee

- Analisar a lei. Monitorar a implementação.
- Exercer o direito também envolve formação política para exercer nossos direitos.
- Unamos nossa rede, solidariedade. Pesquisa-ação, construção de solidariedade, documentação e capacitação. Mudança sistêmica, pessoas unidas.

Virgine, WFF

- Precisamos ir além de declarações gerais, para compromissos com formas de avaliar e monitorar sua implementação. A proteção dos direitos não pode ser alcançada por meio de uma declaração.
- Precisamos do reconhecimento legal de nossos territórios marinhos e aquáticos como territórios de vida; trata-se do reconhecimento de nossos direitos consuetudinários. Os peixes não param quando há uma fronteira; em nossos oceanos, não possuímos territórios. O acesso e o uso são regidos por mulheres, pescadores e peixes. Temos todos esses instrumentos voluntários, as diretrizes da PPE; isso é uma bússola, precisamos de indicadores para exigir que haja um caminho para a implementação.
- Vemos a apropriação abusiva de cotas, a especulação, a forma corrupta como as licenças são concedidas, o planejamento espacial marinho que não leva em conta o direito ao consentimento livre e informado. Temos o direito de governar nossas pescarias, de seguir o ritmo dos peixes, de nossas tradições, de co-gerenciar e produzir conhecimento por meio de uma visão da aquaecologia. Água é vida. Isso é aquaecologia.
- As reformas devem garantir a dignidade dos povos pescadores e limitar os padrões de acumulação. É assim que estamos perdendo conhecimento valioso. Nossos territórios estão ligados a direitos coletivos e integrais, e isso deve ser integrado nacional e internacionalmente. Sem justiça territorial, não há reforma agrária para os povos do mar.

Perguntas e Respostas

Edgar Jay

- Os 4Rs podem ser resumidos em um único R: revolução. O obstáculo é institucional, o que deve ser articulado de forma coerente, mas os atores convidados para os processos de reforma agrária são da velha ordem; precisamos erradicar o modelo antigo, os atores antigos. Temos os instrumentos, temos nossos direitos, mas a autoridade pesqueira é um instrumento político de alguns senadores, está completamente politizada e opera subjugada a essas forças.

Paula

- Pediram-me para resumir todas as intervenções, mas, em vez disso, vou dar continuidade ao que Edgar estava dizendo, porque isso é fundamental. Estamos falando da implementação por meio da destituição de um modelo econômico e de algumas elites políticas que não têm interesse em abrir mão de seu controle e transformar as relações de poder. Se não falarmos sobre isso e não nos perguntarmos como trilhar esse caminho transformador, estaremos perdendo completamente o foco. Não podemos esperar e ser ingênuos; o poder precisa ser construído por meio de processos de formação política, por meio da construção de solidariedade entre movimentos e regiões. Neste exato momento, vemos a intensificação da guerra, vemos a expansão dos investimentos em combustíveis fósseis; de fato, no ano passado, 85% dos investimentos em combustíveis fósseis foram para projetos offshore. Isso está alimentando as crises climáticas, está destruindo o planeta; precisamos conectar essas lutas e exigir ação.

26 de fevereiro

Justiça climática e proteção da biodiversidade: o caso da reforma agrária

Organizado pela FIAN e pela FoEI

Intervenção da Jordânia (notas não disponíveis).



Terra, água e direitos territoriais indígenas. Reforma agrária e pescadores de pequena escala. Organizado pela WFFP com apoio da FIAN, TNI e CIP. Moderado por Nadine. Palestrantes: Laitia Tamata (IITC), Carlos Duarte (UNDROP), Alfonso, Alieu Sowe e Rima Sammader (WFF), Paula Satizábal.



Nadine

- A reforma agrária não para no mar.
- A apropriação de terras afeta pescadores, manguezais, territórios oceânicos.
- Assim como falamos de agroecologia na terra, devemos falar sobre aquacologia no oceano.
- As Diretrizes para a Pesca de Pequena Escala são um instrumento importante mas só existem no papel, não são implementadas.

- A WFFP está trabalhando com todos os seus grupos de trabalho para pressionar pela sua plena implementação.
- Assim como a reforma agrária exige a redistribuição da terra, a reforma aquática exige a redistribuição de poder em nosso oceano.
- Convidamos todos a participar de nossa contra a aquicultura industrial. Convite aberto para contribuir com pesquisa, advocacy e apoio.



Laitia Tamata – de Fiji – trabalhando com comunidades indígenas para fortalecer a governança indígena e a posse consuetudinária da terra e do mar.

- Visões diferentes de desenvolvimento.
- Quando o desenvolvimento é reduzido apenas a indicadores econômicos, torna-se extrativista
- Posições diferentes nem sempre são conflitantes, elas podem ser complementares: a governança consuetudinária a governança consuetudinária não se opõe à governança estatal, pode fortalecê-la; o conhecimento indígena não enfraquece a ciência, mas a fortalece; os valores espirituais ancoram os compromissos políticos.
- A pluralidade é força. A reforma agrária aplicada apenas à terra seria incompleta em nosso contexto agrário. As comunidades tradicionais estão lutando pelo FPIC.
- Têm enfrentado preços baixos, intermediários exploradores e pouco reconhecimento da governança tradicional.
- Não se trata apenas de falhas de governança; são falhas da reforma agrária nos espaços marinhos.
- Fiji está debatendo dois projetos de lei: o Projeto de Lei sobre Áreas de Uso Marinho e o Projeto de Lei sobre Direitos Indígenas – se as comunidades não forem co-autoras, esses projetos de lei aprofundarão a expropriação.
- Os produtores de alimentos e os pescadores devem se unir, confirmando que a fome, a desapropriação e a injustiça estão interligadas.
- O dente de baleia é usado como meio de troca em Fiji, em práticas culturais – o que nos lembra que a governança é ética e espiritual.
- Alinhar nosso trabalho ao nosso papel tradicional como guardiões. A verdadeira reforma agrária significa devolver a terra e o mar ao povo, não apenas no título, mas no poder.
- O maior desafio – ter acesso a informações oportunas e compreensíveis. As decisões são frequentemente tomadas rapidamente, usando linguagem técnica, e só são compartilhadas posteriormente. Isso dificulta a consulta interna e o consentimento real.
- Vitória: não estamos mais em silêncio, as comunidades estão se posicionando, afirmando nossa posição, fazendo perguntas difíceis. Insistindo para que nossas vozes sejam ouvidas.
- Devemos trabalhar juntos para garantir que isso não termine aqui.



Alfonso Simon, Panamá

- WFFP: História da cogestão entre pescadores indígenas e governo.
- Saudações ao criador dos céus e da Terra e a todas as pessoas aqui presentes.
- Os povos indígenas do Panamá têm nossa própria autonomia. A autonomia do Panamá é regida pela Lei nº 10 da Carta Orgânica. Os povos indígenas de uma região (região costeira) vivem inteiramente da pesca. Em 2010, o governo, juntamente com a organização internacional de pescadores, assinou esta declaração. Mas, para o nosso povo, eles não nos consultaram de forma alguma.
- Isso já aconteceu muitas vezes, com todos os povos indígenas do Panamá. O Panamá tem 7 povos originários. Os Ngäbe Buglé são os mais numerosos. O acordo assinado causou problemas reais aos pescadores. Na região, temos uma proibição natural, que a própria natureza nos impõe – temos nossa própria natureza, chuva, vento, correntes e mau tempo que, às vezes, não nos permitem ir ao mar.
- Em 2025, o Ministério do Meio Ambiente divulgou um comunicado informando que iria fechar a ilha e as pescarias do povo Ngäbe Buglé. Mas, como pescadores desta região, nunca imaginamos que chegaríamos a esse ponto.
- A pesca foi fechada, causando fome. Em todos os setores da costa, mais de 67 comunidades foram afetadas diretamente e 321 indiretamente. A pesca é um ponto forte do nosso setor.
- O dinheiro que ganhamos com a pesca sustenta tudo.
- Estamos com medo da implementação do mecanismo 30X30. Nós, povos indígenas, não usamos tecnologias de pesca industrial de forma alguma. Há 9 meses, uma empresa chegou para pescar com redes, usando equipamento de mergulho; sabemos que, se permitirmos isso, em poucos meses todos os peixes estarão esgotados. Falamos de “bancos” – as áreas onde vamos pescar. Temos um nome para cada “banco”. Nós pescamos apenas mergulhando, com os pulmões. Nossa pesca é de subsistência familiar.
- A meta 30X30 nos excluiria. Temos locais específicos onde a força natural de nossos pulmões nos permite chegar ao fundo do oceano – mas isso não ultrapassa uma certa profundidade. Isso significa que a 9 ou 12 metros, encontramos nossos bancos de peixes. Não usamos nenhum outro equipamento de pesca.
- Quando há mau tempo ou outros eventos nacionais, por 25 ou 30 dias, não podemos pescar. É por isso que sempre temos produtos para vender. Com todos os problemas que estamos enfrentando, o ministério fechou a única ilha que temos para a pesca. Essa é a única coisa de que dependemos para viver. Como vamos alimentar nossas famílias? E a educação de nossos filhos?

- Legalmente, restam-nos apenas 4 dias para que nossos filhos vão à escola, mas eles não têm materiais nem suprimentos para a escola, porque seus pais estão paralisados.
- O que podemos fazer?



Carlos Duarte, UNDROP

- O grupo de trabalho está em funcionamento desde 2018. O trabalho e o documento são muito importantes porque foram impulsionados por movimentos sociais. Eles tiveram um papel fundamental para que essa declaração pudesse ser elaborada.
- A pergunta tem uma resposta muito simples – por que continuamos a desapropriar os povos indígenas e os camponeses, se existe um precedente judicial que os protege? Essas ferramentas judiciais não são suficientes.
- Não temos apenas a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP). Existe uma tensão conceitual e formal. Nosso companheiro de Fiji explicou isso muito bem: para as comunidades indígenas em todo o mundo, o espaço não é apenas um lugar, é um espaço vivido, um território. Essa noção conceitual de “territórios” é difícil de ser compreendida pelos Estados-nação e até mesmo pelas organizações multinacionais – temos uma compreensão individualista da propriedade, uma ideia muito arraigada de domínio sobre a propriedade. Compreender os direitos coletivos à terra é um desafio.
- Alguns dos maiores espaços de desapropriação são as terras comunais e ancestrais. Os Estados-nação veem esses territórios como vazios, que podem ser apropriados e utilizados para fins econômicos. Isso é um grande problema.
- Se temos essa questão em relação à terra, o problema é ainda maior nos oceanos. Não há sequer uma compreensão da propriedade coletiva em terra. Há um enorme trabalho a ser feito.
- A reforma agrária não se resume apenas à propriedade do território – temos reconhecido isso devido à forma como as comunidades têm promovido essa ideia.
- A reforma agrária deve tratar de territórios; esse é um espírito que vemos na UNDROP, demonstrando a relação simbólica com o espaço – por exemplo, no artigo 17, onde falamos sobre terra e recursos: território.
- O segundo desafio é processual: não compreendemos o nível de desapropriação que existe nos territórios aquáticos. Não temos uma medida do nível de alimentos que as comunidades pesqueiras contribuem para o mundo. Não sabemos a magnitude dessa desapropriação.
- Em um mundo onde 700 milhões de pessoas passam fome, não sabemos qual é o impacto dos pescadores na alimentação das pessoas.
- É importante que as agências multilaterais e os Estados avancem nessa questão.

- Os arquivos sobre os povos pescadores são muito limitados e abrangem quase exclusivamente a pesca industrial.
- As agências multilaterais têm dificuldade em integrar a UNDROP e a UNDRIP em seu trabalho porque veem o espaço como espaço de produção, não como um espaço territorial e de conexão profunda.
- Mesmo com uma legislação ativa e consolidada, estabelecida pela força da história e da lei, esta região atribui o uso da zona marítima às ilhas locais.
- O Panamá estabeleceu um protocolo para consultar os povos indígenas e, mesmo assim, o governo panamenho não o respeitou.
- Hoje vemos pescadores indígenas à beira da fome.
- Existe agora uma terceira tensão entre direitos sociais e econômicos e a preservação da natureza. Hoje parece que essas são agendas contraditórias: defender a natureza e defender os direitos das pessoas.
- Um número crescente de pessoas em movimentos sociais é criminalizado, perseguido, desaparece. Vemos isso nos dados oficiais – 88% das pessoas perseguidas vivem em áreas rurais, defendendo suas terras, territórios, direitos indígenas e direitos camponeses.
- Acho que isso é algo importante para se trabalhar, porque parece que essas legislações coletivas avançam bastante. A legislação ambiental permanece congelada na prática.
- Hoje temos um ambientalismo hegemônico em que parece importante preservar a natureza, mas não as pessoas, embora sejam essas pessoas que historicamente conservaram essa terra.
- Essa é uma área enorme de trabalho, não sobre a terra, mas sobre a vida coletiva na terra.
- Procedimental porque não há informações sobre agricultores e pescadores indígenas.
- Trabalhar na forma como as comunidades e a natureza andam de mãos dadas.
- O Artigo 1º da UNDROP e da UNDRIP devem andar de mãos dadas – não podemos pensar nos direitos indígenas como algo separado dos direitos dos trabalhadores rurais. Não podemos dividir as comunidades vulneráveis, ou o trabalho para que elas percam seus territórios continuará a avançar.

Rima, jovem da WFF

- Proteger e restaurar os manguezais da Índia e os pescadores artesanais que dependem deles. Eles são uma infraestrutura cultural viva – absorvem ondas de tempestade, retêm sedimentos, armazenam nutrientes, protegem milhões de pessoas que vivem em zonas costeiras e sustentam meios de subsistência.
- Investir em manguezais é investir no desenvolvimento rural resiliente.
- O maior ecossistema contínuo de manguezais da Índia.
- A degradação dos manguezais reduz as capturas.
- A co-gestão dos recursos pelas comunidades traz melhores resultados.
- O envolvimento dos jovens cria empregos locais e promove a gestão responsável a longo prazo.
- Ação social e econômica.
- Co-gestão baseada na comunidade. Capacitar as comunidades para gerenciar manguezais, litorais e ecossistemas.
- Restauração com inclusão social: trabalhar com as comunidades pesqueiras locais, incluindo os jovens.
- Desenvolver resiliência à elevação do nível do mar.
- Apoiar o ecoturismo, incluindo a aquicultura sustentável, aumentando a renda sem exploração.
- Apoiar negócios liderados por mulheres.
- Permitir o acesso a financiamento climático sustentável para as comunidades.
- Reforçar a fiscalização contra a pesca ilegal em grande escala e a poluição.
- Investir em aprendizagem ecológica de longo prazo e pesquisa participativa.

- A cogestão comunitária dos manguezais funciona – maior resiliência e capturas mais elevadas, biodiversidade aprimorada, benefícios sociais.
- Abordar o uso concorrente da terra.
- Os manguezais devem ser reconhecidos como uma infraestrutura essencial para o desenvolvimento rural sustentável.
- Os manguezais demonstram a relação entre territórios, comunidades e meios de subsistência.
- Envolver pescadores de pequena escala e jovens na proteção dos ecossistemas que os sustentam.
- Que a CIRADR 20 seja um espaço onde passemos do reconhecimento à ação, para garantir que os manguezais e as pessoas que deles dependem prosperem juntos.

Nadine: Como os manguezais preenchem a lacuna entre a terra e a água.

Alieu Sowe, WFF, Gâmbia – Diretrizes para a Pesca de Pequena Escala. O que são as Diretrizes para a Pesca de Pequena Escala e quais são os desafios que os Estados-nação enfrentam na sua implementação? O que são as Diretrizes para a Pesca de Pequena Escala, o quadro de monitoramento da pesca de pequena escala criado pelo CIP e pela FAO? O que está a acontecer neste domínio?

- Apesar dos recursos significativos mobilizados pela FAO e por outras entidades, muitos de nós, mesmo aqui, não conhecemos as Diretrizes para a Pesca Artesanal – a mensagem transmitida em nosso nome não ganhou força entre os grupos interessados.
- Para compreender melhor essas diretrizes, enfrentamos vários desafios estruturais que persistem.
- Apesar de sua adoção e de alguns esforços (esporádicos) de implementação.
- Em primeiro lugar, sua natureza voluntária limita sua transposição para a legislação nacional, o que tem dificultado pressionar os governos nacionais a adotá-las.
- Em segundo lugar, há falta de vontade política quando confrontados com poderosos interesses industriais e financeiros. Nossos governos dão poder às corporações multinacionais.
- Em terceiro lugar, a falta de orçamentos nacionais específicos para a implementação – os ministérios da pesca, do meio ambiente etc. não estão alocando recursos para isso na maioria dos países.
- Em quarto lugar, os mecanismos de prestação de contas e monitoramento são fracos – há poucas maneiras de saber se nossos governos estão realmente fazendo isso. Estamos fazendo muito barulho, mas existe prestação de contas de verdade?
- Em quinto lugar, há uma participação real limitada de organizações de pequena escala nas políticas de reforma nacionais. Quantos de nós somos convidados pelos nossos ministérios para participar de consultas sobre reformas políticas? Em muitos países, as diretrizes são mencionadas em declarações políticas, mas não levaram a nenhuma transformação real dos direitos e meios de subsistência.
- O que precisa mudar?
- Para que as diretrizes se tornem transformadoras em vez de simbólicas, várias medidas são essenciais:
- É preciso integrar os princípios nos marcos jurídicos nacionais. Precisamos de consultas coletivas.
- É preciso traduzir as Diretrizes da PPE para os idiomas locais. Precisamos mobilizar recursos para campanhas sobre a implementação da PPE.
- Precisamos produzir recursos de áudio e vídeo com os pontos-chave das Diretrizes, para que alcancem um público mais amplo.
- Contamos com a presença da FAO em todas as nossas regiões e em quase todos os nossos países; esta é potencialmente uma oportunidade incrível. O CIP e a FAO nos apoiam. A WFFP

tem mais de 1 milhão de pescadores membros – temos a capacidade de alcançar muitas pessoas.

- Estamos conectados a redes globais e regionais.
- A UA precisa tornar isso relevante – assim como outros órgãos regionais.
- Precisamos fortalecer a coordenação entre as diferentes organizações que trabalham com as Diretrizes da PES, como a WFFP tem liderado.
- A coleta de dados sobre a situação da pesca artesanal é muito importante.
- Temos grupos consultivos regionais em três regiões – podemos aproveitar, como movimentos, para fortalecer esses grupos e torná-los nosso porta-voz.
- Nesse sentido, o GSF é semelhante a isso – uma iniciativa que os pescadores concordaram em fortalecer para implementar as Diretrizes da PPE.

Paula Satizábal, Colômbia/Alemanha, ativista e acadêmica: quais são as diferenças entre os direitos de posse da terra e da água? Como podemos obter mais reconhecimento dos direitos dos pescadores aos territórios?

- A diferença entre territórios terrestres e marítimos é política e social, não natural.
- Propriedades privadas e estatais se sobrepõem na terra – complexo, mas visível.
- Relatório recente de Michael Fakhri, Relator Especial – 20% da terra é estatal – apenas 8% são territórios formalmente reconhecidos. Um mosaico profundamente desigual, mas que podemos nomear e tornar visível.
- Os territórios aquáticos são muito mais opacos, as pessoas são excluídas.
- Nos mares e águas continentais, a propriedade privada se manifesta de várias formas – regimes de propriedade organizados atuam para deslocar comunidades costeiras e ribeirinhas.
- Algumas políticas estatais definem terras públicas, incluindo Zonas Econômicas Especiais – os Estados têm a capacidade de conceder às corporações o uso exclusivo de zonas específicas. Esses territórios são reduzidos ao uso econômico – licenças de pesca, concessões para exploração de petróleo, cotas de pesca, exploração de hidrocarbonetos – esses esquemas transformam esses territórios complexos em espaços onde certos atores assumem a propriedade sem levar em conta os direitos da comunidade.
- Concessões de conservação estão sendo adicionadas a isso – novas formas de controle territorial que excluem as comunidades e não nos permitem compreender o status territorial nem proteger nossos territórios. Não há compreensão do papel vital que as comunidades pesqueiras desempenham na reprodução da própria vida nesses territórios. Diferentes licenças concedidas em diferentes territórios. Muitos órgãos diferentes estão se impondo, por vias marítimas e outras formas. O que falta aqui é o reconhecimento dos territórios aquáticos nesses espaços cheios de nuances para conferir legitimidade.
- Aumento do número de leis e decretos que proíbem ou regulamentam a atividade pesqueira.
- Os pescadores são retratados como responsáveis pela destruição dos ecossistemas aquáticos, em vez de serem reconhecidos como detentores de direitos consuetudinários.
- Há muito mais acontecendo neste mosaico – empresas petrolíferas, expansão urbana, poluição – que não são incluídos porque a compreensão é dividida em setores.
- Isso leva a processos de criminalização e militarização, como Alfonso destacou.
- Em termos de reforma agrária, essa complexidade não é abordada – temos muitos dados sobre a concentração de terras, mas, como Carlos mencionou, não temos dados para entender quantas pessoas estão sendo deslocadas de seus territórios marítimos. Os dados estão espalhados e dispersos – nesta conferência, precisamos de uma agenda para sistematizá-los rigorosamente.
- As comunidades estão passando por processos judiciais para reivindicar seus direitos, o que é muito desgastante. Quando vencem esses processos, elas não necessariamente obtêm proteção real.

- Que estratégias para avançar? Quando pensamos em pesquisa, podemos romper essa divisão e colocar as lutas dos pescadores em primeiro plano nas lutas pela reforma agrária, e aprender sobre os processos e estratégias que os movimentos estão usando para defender seus direitos territoriais.
- Na América Latina, os povos pescadores estão enfrentando processos e ideias políticas – eles têm empreendido processos jurídicos que, no fim das contas, são fundamentais para proteger a vida, mas estão inseridos na arquitetura muito complexa da propriedade.
- A outra propriedade que é muito importante diz respeito às normas – falamos sobre diferentes instrumentos e mecanismos de proteção, para exigir e levar em conta os direitos territoriais, e para conectar essas ferramentas em um processo de reivindicação dos direitos dos pescadores.
- Os povos pescadores têm o direito de estar no centro de todos esses processos. Os exemplos dos povos pescadores mostraram como essas estratégias têm sido mobilizadas. Uma das maiores lacunas está na implementação e no monitoramento. É importante conectar essas lutas às lutas dos camponeses, dos trabalhadores, dos povos indígenas e dos pastores.
- Gostaria de mencionar também o relatório de Francesca Albanesi sobre direitos humanos nos territórios ocupados da Palestina – ela falava sobre uma empresa perto de Santa Marta, como o carvão está sendo transportado para Israel e alimentando o genocídio – esse relatório foi usado por Petro para encerrar essa rota comercial. Historicamente, os pescadores de Don Jaca (Colômbia) vêm denunciando esse comércio destrutivo.
- Conectar as lutas em diferentes territórios, para apoiar todos os movimentos e construir solidariedade internacional. Além disso, conectar esses processos às 4Rs que estão sendo promovidas pelos movimentos como essenciais para a reforma agrária, e pensar em como elas se concretizam na água e nos oceanos.

Perguntas e Respostas

- Aprecio a observação sobre a visibilidade dos territórios, incluindo os oceanos, sem se limitar à costa. Se temos que falar sobre reforma agrária, também temos que falar sobre o oceano, incluir os ecossistemas marinhos em nossa conversa sobre ecossistemas agrários. As comunidades pesqueiras podem fazer uso desse reconhecimento. É a única maneira de fortalecer as Diretrizes para a PESCA ARTESANAL e alcançar sua implementação.
- O movimento pastoril está muito entusiasmado com a implementação das Diretrizes para a Pesca de Escala Pequena. Queremos saber sua experiência em fazer com que isso seja aplicado diretamente às necessidades dos pescadores. Até agora, a FAO não leva a sério as diretrizes voluntárias que se aplicam a nós.
- Representante de um mecanismo de participação – estamos em uma encruzilhada onde poderíamos ter um conflito global. O que estamos fazendo a partir de nossos territórios para pressionar nossos governos em relação ao uso da água? A água é um recurso crítico.

Plenária da FAO sobre a água

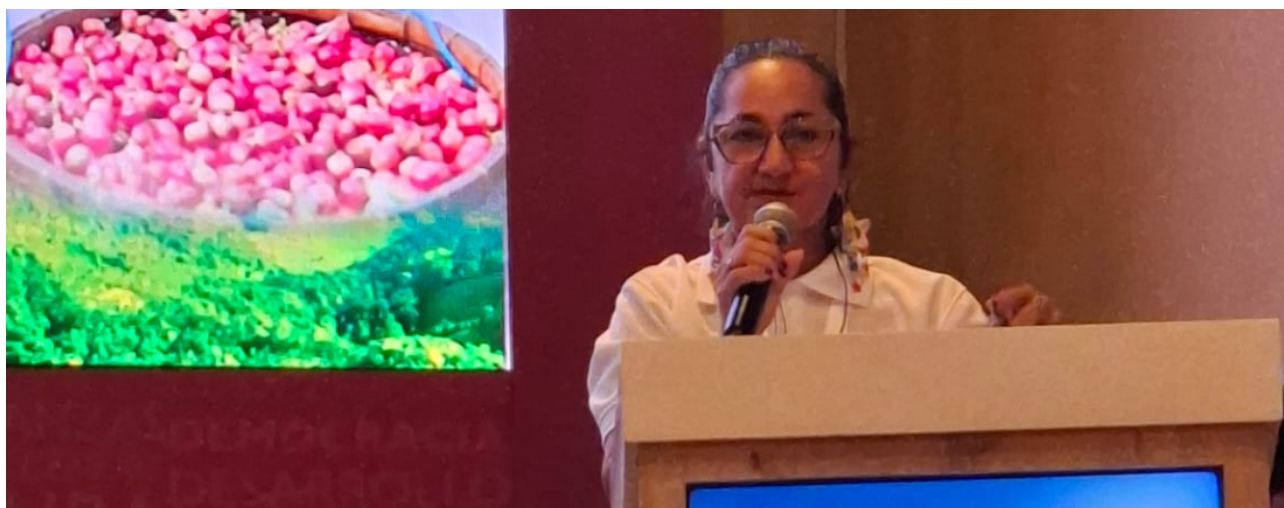
Libia, Colômbia

- A água é a base da cultura e da vida. Não é meramente um recurso econômico; é um direito humano e um bem comum. Integrando terra e água: não pode haver reforma agrária sem abordar a questão da água. Territórios de subsistência e reprodução.
- Nós, pescadores e pescadoras, devemos ser reconhecidos como atores políticos que se mobilizam pela soberania alimentar. O setor pesqueiro faz parte da reforma agrária.

27 de fevereiro

A reforma agrária integral que exigimos: nossas propostas concretas para o ICCARD+20

Organizado pela LVC, facilitado por Josana, intervenção de Daouda



Daouda

Caros companheiros, parceiros e amigos do movimento das comunidades pesqueiras, dos movimentos e aliados. É uma honra estar entre vocês para romper a dicotomia terra-mar e declarar em voz alta e clara que, para os pescadores artesanais, terra e água são um único e mesmo território de vida, cultura e soberania. Estamos reunidos aqui hoje em um momento decisivo. Na 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural – CIRADR+20, organizada pelo governo colombiano, a quem agradecemos. A CIRADR+20 abre uma janela política única. Única, porque nos permite trazer de volta à mesa uma verdade que foi ignorada por muito tempo: reformas agrárias que não reconhecem a zona costeira, as áreas de desembarque, os manguezais, as terras associadas e as águas de pesca são reformas incompletas e injustas. Para os pescadores, esta conferência não é um evento técnico. É um campo de batalha. É uma oportunidade de afirmar, com força e convicção, nossa visão. Nós, as comunidades pesqueiras, temos direitos históricos sobre nossos territórios integrados, e esses direitos devem prevalecer sobre interesses privados, políticas extrativistas e decisões impostas de cima.

O ICCARD+20 é uma oportunidade histórica para afirmar a visão dos pescadores. Uma reforma dos territórios que inclua zonas costeiras, terras associadas, acesso seguro à água e soberania comunitária. A lei não é neutra; tem sido usada com demasiada frequência para desapropriar pescadores. Ela pode e deve ser revertida para proteger nossos territórios integrados terra-mar.

O controle sobre os territórios é sempre político. Onde os pescadores não decidem, outros o fazem. Reforma sem exclusão, por uma justiça territorial que inclua plenamente os pescadores de pequena escala.

Nós, pescadores de pequena escala da CNPS e membros da WFFP, afirmamos nosso direito de viver, trabalhar, gerenciar e defender nossos territórios pesqueiros, marinhos e aquáticos. No CIRADR+20, exigimos o reconhecimento pleno e completo de nossos direitos em todas as discussões sobre reformas fundiárias e territoriais.

1. Nossos territórios são nossa vida. Os mares, rios, lagos, lagoas, manguezais e áreas costeiras não são meramente recursos. São os territórios em que vivemos. Eles incorporam nossa história, nossa identidade, nosso conhecimento tradicional e nossa soberania.

Rejeitamos veementemente a apropriação de nossas costas e águas por projetos de extração, turismo, energia ou conservação sem consulta ou consentimento; isso é uma injustiça. A privatização das áreas de pesca em benefício da aquicultura industrial. A criminalização de nossas práticas consuetudinárias.

2. A reforma agrária sem os povos pescadores é uma reforma incompleta

Historicamente, as políticas de reforma agrária excluíram as comunidades de pescadores de pequena escala, ignorando a dimensão aquática dos territórios. É inaceitável que os ministérios da agricultura discutam a reforma agrária sem envolver os ministérios da pesca ou consultar os pescadores.

Exigimos: O reconhecimento dos direitos coletivos de posse consuetudinária de nossas comunidades pesqueiras.

A inclusão formal dos pescadores de pequena escala em todas as políticas de reforma agrária e de governança territorial.

A governança participativa e democrática das áreas costeiras e aquáticas.

3. Apelamos à criação de um fórum específico no âmbito do CIRADR+20 para abordar as formas de pesca e de posse territorial específicas dos pescadores de pequena escala.

Os impactos da aquicultura industrial.

O reconhecimento das Diretrizes para a Pesca Artesanal como referência política.

4. Resistir às mudanças climáticas significa proteger os territórios dos pescadores

As mudanças climáticas estão afetando gravemente nossas comunidades: erosão costeira, salinização, esgotamento dos estoques, desastres naturais. No entanto, fazemos parte da solução. Nossas práticas são sustentáveis; nossos sistemas alimentares são resilientes.

Exigimos políticas climáticas baseadas em direitos que incorporem o conhecimento indígena e as práticas de pesca de pequena escala. Acesso prioritário às zonas de pesca tradicionais.

Financiamento climático para as comunidades de pesca de pequena escala, não para empresas multinacionais de aquicultura.

5. Unidos com agricultores, povos indígenas e comunidades florestais

Nossa luta é comum. A reforma agrária no século XXI deve ser territorial, pluralista e democrática. Apoiamos uma visão holística dos territórios, na qual a pesca, a agricultura, as florestas e as águas são inseparáveis.

6. Exortamos os Estados, a FAO, o CFS e as instituições internacionais a reconhecerem os pescadores de pequena escala como titulares de plenos direitos em todas as discussões sobre terras e territórios.

- Incluir uma seção específica sobre a posse da pesca nas conclusões da CIRADR+20.
- Incluir os resultados da CIRADR+20 na agenda do COFI.
- Fornecer financiamento para organizações de pescadores de pequena escala, a fim de possibilitar sua participação na formulação de políticas nacionais e internacionais.
- Acabar com a impunidade na apropriação de áreas costeiras e aquáticas.

Não aceitaremos ser relegados à margem mais uma vez. A CIRADR+20 deve ser um ponto de inflexão para os povos do mar, dos rios e dos lagos. Somos atores políticos, econômicos, ecológicos

e culturais. Queremos reforma, mas não sem nós. Não há reforma agrária sem reforma da pesca. Não há soberania alimentar sem territórios para os pescadores de pequena escala.

Caros amigos, o mar não é um vazio. A terra não é uma fronteira. Nossos territórios não são mercadorias. São patrimônio, dignidade, memória e futuro. Vamos fazer ouvir nossas vozes, consolidar nossa expertise e tornar a CIRADR+20 um ponto de inflexão no reconhecimento pleno e completo dos direitos das comunidades pesqueiras.



Reforma agrária no maritório

Paola Garces

- O maritorio vem de outros processos no Chile. Devemos abrir a discussão em torno desse conceito e considerar se queremos apresentar uma proposta diferente.

Moenieba Isaacs

- O conceito de maritorio me emociona. O oceano não é um espaço vazio — ele sustenta meios de subsistência. A relação entre terra e água, o maritorio nos termos de nossos próprios povos, não dentro do debate arquitetônico do Chile. A relação entre água, terra e oceanos.

Vladimir – PCN

- Viemos de um território de rios, savanas, várzeas e mares. Estamos em diálogo com o Estado, que está analisando a discussão agrícola e a possibilidade de titular esses territórios e regular seu uso. A discussão é com a autoridade dos parques nacionais. Esse território é tudo — é completo. Não se trata apenas de comida; trata-se de cultura e movimento. Eles o privatizam, o exército estabelece horários. Por exemplo, ir a uma festa de aniversário exige cumprir horários de trânsito. Tudo isso deve entrar nessa discussão. Os pescadores devem portar um cartão de identidade. Como começaram a nos vender a ideia de que devemos vender para a cidade e para o mercado, e então nos venderam sardinhas e atuns enlatados? Não se trata apenas de produção — trata-se de debater o panorama global: o Pacífico, o Caribe. Estamos perdendo autonomia territorial.

Karen – Piangueras

- O tema da reforma agrária, com sua ligação definida pelo terrestre — parcelas, redistribuição, formalização, regulamentação —, vem da linguagem jurídica. Há muito o que pensar em termos do desafio das políticas públicas.

Jairo

- Direitos territoriais, da perspectiva do povo Raizal, em diálogo com o Caribe mais amplo. Precisamos voltar ao processo de conquista e colonização. Os colonizadores não eram amigos do mar. Nossa mentalidade é diferente — somos mais mar do que terra. Esse não é o pensamento dos povos andinos. Dependemos do maritório: nossa mobilidade, nossas relações com vizinhos, com irmãos e irmãs, com o Caribe. Precisamos romper com a mentalidade colonialista. Romper com a visão puramente terrestre. A reforma agrária de 1990 estabeleceu objetos de titulação coletiva. A titulação não incluiu o manguezal — uma separação ecossistêmica —, enquanto os povos integram tudo isso.

Miguel

- O título coletivo de terras é um direito fundamental ao território, não ao mar ou à pesca artesanal. Como o direito fundamental ao território dos povos indígenas deve se estender e incluir os mares? Os rios têm sido gradualmente reconhecidos como entidades vivas. O próximo passo lógico é ver os mares da mesma forma. Como traduzimos essa vontade política em prática no terreno? A Sentença C-056 estabelece que todo o mar ao redor de San Andrés pertence ao povo Raizal. A Reserva do Girassol existe, mas ainda não estamos na fase de implementação. Tanto os mares quanto os rios fazem parte dos territórios das comunidades étnicas e, portanto, o tratamento desses espaços deve ter uma dimensão étnica. Há reconhecimento, mas cultura sem poder é apenas folclore. Deve haver um componente de governança — se não podemos tomar decisões, esses números não significam nada. A cultura deve ser reconhecida dentro dos espaços, e os usos ancestrais devem ser reconhecidos. Não há alinhamento entre a lei estatal e a lei ancestral.
- Em termos de reforma agrária, o objetivo é romper com o sistema *de latifúndios*. No mar é diferente: se houver reconhecimento, isso nos dá o poder de colocar em prática o que podemos garantir — o uso exclusivo da pesca artesanal. Modelos extrativistas não têm lugar em uma reserva da biosfera. Nós, os , não estamos falando de titulação plena — precisamos de tratamento coletivo. Todo o território Raizal é um território étnico. Quem arca com os custos de uma Área Marinha Protegida? Como isso deve ser considerado dentro da estrutura 30x30? Isso precisa ser revisto em termos da agenda — para alguns, é uma forma de privatização e extrativismo.

Moenieba

- A cultura protege os recursos. O Quadro Global de Biodiversidade estabelece uma meta de 30x30 — 30% do planeta para conservação — em áreas onde os pescadores vivem e exercem seus direitos de pesca. Financiamento de fundações, financiamento para AMPs. Se o Quadro Global de Biodiversidade conecta terra, água e mar, por que a reforma agrária não está fazendo o mesmo? Quando olhamos para a terra e o mar, vemos como o objetivo é remover as pessoas e, em seguida, comercializar esses espaços para o turismo de luxo. É assim que a conservação se insinua. Conservação é acumulação. Os pescadores são criminalizados.
- A conservação desapropria, desloca e marginaliza por meio das áreas protegidas. A violência costuma ser lenta — eles tiram sua dignidade, confiscam seus equipamentos, os peixes que você pescou. É a violência que o Estado exerce por meio da criminalização, ligada à militarização e às formas militarizadas de defender a terra. Precisamos desmascarar a conservação pelo que ela realmente é.
- Ela sugere institucionalizar o maritório. A Colômbia está cumprindo os ODS. Duque foi o único que os cumpriu. [Referência ao] Distrito de Gestão Integrada de Yuruparí-Malpelo.

Paola

- A pesca tem muitas dimensões políticas, éticas e existenciais — não deve ser fragmentada. De qualquer ponto do mar ao redor de Providencia é possível ver a terra, e vice-versa. Como reconhecemos a presença das mulheres nesses espaços? Minha bisavó chegou pelo mar e partiu pelo mar — ela navegou, construiu sua vida. Não conhecemos as histórias das mulheres

que vieram antes de nós; as histórias das mulheres não foram documentadas. Os homens veem uns aos outros e não veem as mulheres. A pesca trata de relações que se entrelaçam — desde o planejamento da viagem de pesca, a discussão do orçamento, tudo dentro de uma relação de cuidado, uma refeição quente. A pesca também é conforto e prazer. É um lugar de poder. Quando um pescador vai pescar e uma pescadora faz o mesmo, o peixe se dá bem — a disputa é sobre quem vai aproveitá-lo. Eles nos empurram para fora — nós que estamos em terra — perguntando quem somos para falar sobre pesca. Temos ou não temos direito ao mar? Nós o vemos? Nós o sentimos? Para quem é o mar? Somos sujeitos da ruralidade, e o mar é ruralidade. A pesca não é simples — é complexa e conecta até mesmo pessoas que não pescam.

- Recentemente nos reunimos e alguém perguntou por que estávamos nos encontrando. Eles nos perguntam quem somos; nós perguntamos quem são eles. Quando se fala das mulheres, isso é feito através de uma lente de fantasia. Somos 36, e há muitas outras mulheres que se destacam. O que as mulheres compartilham é a luta por espaço. A praia está ocupada — se você pesca na praia, não há espaço. Precisamos de outros caminhos na reforma agrária. Somos um destino turístico; deixamos que outros assumissem o turismo e nos expulsassem de certos espaços. Nesse sentido, há pessoas na praia — mulheres rurais — e podemos ser vistas de muitas maneiras. Não precisamos nos justificar para ninguém. Isso não existe — vamos disputar os espaços que nos dizem não serem para nós. Isso faz parte da discussão: pescar na praia, a pesca interrompe a privatização. A pesca concebida fora da militarização. Se os recursos existem, é porque soubemos cuidar deles. Não extraímos esses recursos. Alguns homens saem para pescar, as mulheres ficam para trás cuidando das crianças — os papéis de gênero devem ser levados em conta.
- Questões transfronteiriças. Os acordos entre os Estados.

Jairo

- Os ecossistemas não podem ser fragmentados e desconectados de tudo o mais. Somos mais mar do que ilhas. A proliferação de AMPs — grandes AMPs são particularmente comuns em pequenos Estados insulares. Grandes ou “grandes Estados oceânicos”. Devemos enfatizar esse potencial. Trata-se de destacar o poder desses grandes estados oceânicos — um potencial que deve servir à sobrevivência e à continuidade dos povos. Conservação e soberania. Zero pesca industrial — isso é superexploração do território. A necessidade de exercer soberania não é apenas um discurso romântico; ela exige muito, e a tecnologia desempenha um papel fundamental aqui: drones, satélites.
- PCN Para quem conservamos e com que finalidade? Os parques foram criados em locais onde já existiam comunidades. Estamos pedindo que o mar receba um título de propriedade porque somos seus donos. Em 1995, não sabíamos como conseguir o título coletivo — agora sabemos. O mesmo se aplica ao mar. Ficamos presos em todas essas estruturas. Os hectares que perdemos e que nos foram tirados. Como avançamos — mesmo com um decreto de titulação coletiva para o mangue — na questão transfronteiriça? É algo em que não conseguimos avançar? Essas fronteiras acabam nos dividindo. Os pescadores industriais partem cedo, ficam no mar e já estão pescando no momento em que a moratória termina — então, para quem estamos conservando?

Miguel

- O que temos? A Constituição, a consulta prévia, a Convenção da OIT e as decisões judiciais do Tribunal Constitucional. O que falta? Vontade política — as coisas funcionam com base no populismo. O capitalismo se reinventa por meio da economia azul e verde — essas são distrações. As pessoas são discriminadas por serem pobres. A discussão deve se basear na economia e na coexistência. O exemplo de Haia: o Estado não quis incluir a população de Raizal — eles nos trouxeram apenas para um papel decorativo.

Moenieba

- A justiça azul é uma contra-narrativa. Além do que a Constituição prevê, há também marcos internacionais — as diretrizes voluntárias sobre pesca e terra, e as Diretrizes para a Pesca de Escala Familiar (PPE). Devemos questionar seu formato voluntário. Quais são as perspectivas globais? Quando se trata de direitos, o cumprimento é obrigatório; quando analisamos instrumentos voluntários, devemos perguntar: voluntário ou obrigatório? Precisamos perguntar quais são as questões de economia política. A FAO está promovendo a economia azul, a transformação azul, o 30x30 e também as Diretrizes para a PES. É importante pensar em solidariedade — em movimentos de solidariedade a partir de uma perspectiva agrária. Temos um longo caminho a percorrer. Não podemos limitar isso a simplesmente mencionar os pescadores — é preciso muito mais.
- Os pescadores estão se mobilizando. A luta pelo direito de acesso é crucial — as noções de equidade, acesso, reconhecimento, consentimento livre, prévio e informado, e regulamentação. Justiça é proteger grupos de pessoas. Não romantizemos os povos e as culturas indígenas — aqueles que são marginalizados, que são indocumentados. A solidariedade precisa ir além e também questionar: por que ir além da cultura e da indigenidade?

Karen Perea

- As mulheres pianguera. As mulheres na pesca não são reconhecidas. Guardiãs do mangue. Viemos do Pacífico colombiano — uma terra de manguezais. As mulheres têm sustentado nossas vidas de geração em geração. Na selva do Chocó, o molusco piangua não se resume apenas a manguezais, cultura, identidade, herança ancestral ou sustentabilidade. É um território onde falar de piangua é falar de mulheres resilientes e estoicas — mulheres que aprendem a falar no mangue. O mais notável é que isso não se aprende nos livros; vive na memória de nossos avós. É uma atividade extremamente exigente — com cerca de 75% dessas mulheres vivendo em situação de analfabetismo. As mulheres pianguera fazem acordos voluntários: respeitar os tamanhos mínimos de colheita, regenerar o mangue. Sem o mangue não há vida, não há futuro — para as mulheres que vivem na costa, o mar é vida. Ele nos permite descansar de nossas angústias.
- Estamos aqui para fazer um apelo à nação: não podemos falar de reforma agrária ou da economia azul sem as mulheres pianguera à mesa. Se não estivermos lá, não nos silenciem mais. A dignificação começa quando nossas decisões aparecem escritas no papel, com acesso a uma educação e ao bem-estar. Agradecemos por nos ouvirem. Mulheres pianguera, com histórias de vida notáveis.

Reunião da Delegação – Reflexões coletivas sobre o CIRADR+20

Reflexão Geral

O dia foi intenso, mas significativo. A WFFP desempenhou um papel ativo tanto nos espaços paralelos (fórum social) quanto nos eventos oficiais. Nossa presença garantiu que os povos pescadores fossem visíveis e se fizessem ouvir nas discussões sobre reforma agrária e desenvolvimento rural. Sem a WFFP, a conversa não teria sido abrangente. Um tema recorrente foi a necessidade de aprofundar a integração da pesca e dos territórios aquáticos na reforma agrária. A pesca artesanal não pode ser reduzida a uma breve menção nas declarações — os pescadores são inseparáveis da terra, da água e da soberania alimentar.

Temas-chave em destaque

1. A presença da WFFP foi essencial e visível.
2. A pesca artesanal deve ser totalmente integrada nas estruturas da reforma agrária — e não tratada de forma simbólica.
3. O acesso ao idioma continua sendo uma barreira estrutural.
4. A logística e o cronograma prejudicaram o engajamento estratégico.

5. A retórica dos governos muitas vezes não corresponde à realidade.
6. A terra, a água, os direitos dos povos indígenas e os direitos dos pescadores são inseparáveis.
7. É necessária uma estratégia política mais profunda, que vá além das declarações.

Seguindo em frente

- Esclarecer o processo de elaboração da declaração e o posicionamento político.
- Elaborar estratégias para fortalecer a linguagem sobre a pesca artesanal nos resultados finais.
- Melhorar a coordenação para futuros compromissos de alto nível.
- Garantir a interpretação e a acessibilidade como prioridade política.
- Aprofundar a construção de alianças entre os movimentos pela terra e pela água.

Rascunho da declaração da reunião intergovernamental compartilhado. Ver [materiais complementares 13 e 14](#) (notas de Paula sobre o rascunho compartilhadas com a delegação da WFFP).



28 de fevereiro

Geopolítica Militarizada e o Direito à Liberdade

Organizado pela LVC

Frente Nacional Camponesa, Venezuela

- Agressão militar por aquilo a que chamam recursos, mas que são nossos bens comuns — petróleo, mas também outros minerais. Violando a soberania e a autodeterminação, violando a soberania do povo camponês. Irã. A guerra não é pelo petróleo — é pelos nossos bens comuns. A militarização em territórios estratégicos determina quem tem acesso à terra e à água. Quando um território é militarizado, não é para protegê-lo — é por causa de uma disputa, e nessa disputa as comunidades e os povos indígenas saem perdendo.
- Nesse sentido, é importante perguntar: quais territórios são protegidos e quais são militarizados, e quem paga o custo? A terra adquire valor geopolítico quando é transformada de um bem comum em um produto para comercialização, onde a desapropriação é usada para controlá-la.

- O território é a possibilidade de construir soberania. As pessoas que vivem nesses territórios são diretamente ameaçadas, a fim de alimentar a economia global. Território é enraizamento. Território é vida.
- Quando o território se torna um objetivo militar, as pessoas são deslocadas e despossuídas de seus bens comuns. Assistimos a deslocamentos forçados.

Marcha Mundial das Mulheres – Palestina

- A mulher palestina enfrenta a máquina de guerra. A militarização não como um estado de guerra, mas como uma lógica para organizar o poder, gerenciar recursos e controlar geografias. A militarização transforma nossos bens comuns em instrumentos de segurança. Implica remodelar o espaço geográfico pela força — definindo acesso e exclusão.
- A Palestina é um exemplo de geopolítica militarizada. Isso não é excepcional; é usado para restringir a possibilidade de acessar e controlar a terra. A fragmentação do espaço geográfico.
- A ocupação israelense controla 80% das águas, utilizadas pelas forças israelenses. Esse sistema continua se expandindo, acumulando terras para servir aos seus interesses. Projetos que visam destruir a Palestina.
- Quase todos os palestinos foram deslocados e despossuídos de suas terras. Essa realidade nos confinou a uma área restrita — por meio de incursões, os palestinos vivem em assentamentos fragmentados, os israelenses controlam nossos territórios e o acesso à água é negado. Sistemas complexos são impostos para circular em nossas próprias terras.
- Mais de 70% do povo palestino não tem acesso às suas terras e sofre ataques de colonos israelenses. Mais de 72.000 mártires morreram desde 7 de outubro, e mais de 171.000 ficaram feridos desde 2023. O número de mortos continua a aumentar — não são apenas as pessoas que são atacadas, mas também a terra e os modos de vida.
- Ocupação: militar, colonial. As mulheres palestinas estão lutando na linha de frente. As mulheres protegem a terra. A militarização não pode ser separada do capitalismo e do patriarcado. Por essa razão, defender o direito à terra e à água é uma luta comum entre os povos. O internacionalismo e a solidariedade entre os povos são essenciais. Estamos enfrentando isso juntos.

Dionísio – ITC, Guatemala – Povo Maia

- Uma declaração muito abaixo dos padrões das diretrizes das Nações Unidas — é melhor nem aparecer do que aparecer violando nossos direitos. Peço solidariedade.
- Bombardeios no Irã. Israel e seu padrinho, os EUA. A militarização é um instrumento de controle e desapropriação de territórios indígenas.
- Primeiro, os povos indígenas são estigmatizados — a mídia e as redes sociais são fundamentais para isso. Em seguida, os líderes são criminalizados, por meio de juízes e do Ministério Público. Empresas privadas queimam casas e realizam desapropriações.
- Invoquemos o Artigo 30 da Convenção 169 da OIT: nenhuma cooperação militar que afete os povos indígenas pode ser realizada sem o seu consentimento.
- O impacto da militarização sobre os povos indígenas: Respeito pelos territórios. Reconhecimento dos territórios. Neocolonização — ela continua, e é igualmente violenta. Sempre que se fala dos povos indígenas [esse padrão se repete].

Faye

- As tensões de 1995 aumentaram: a China ocupou uma ilha nas Filipinas. Em 2012, frotas chinesas impediram as Filipinas. A China causou danos irreparáveis. Organizações locais de pescadores nas Filipinas, destruindo recifes de corais, berçário para os estoques de peixes
- A disputa entre a China e os EUA nesta área é imperialismo; trata-se de garantir bases e áreas militares. EUA e China, fora das Filipinas!



Sessão de encerramento: leitura da Declaração da CIRADR



Os movimentos sociais rejeitam a declaração; leia a declaração no [Material Complementar 15](#). Consulte também o [Material Complementar 16](#) para conhecer a rejeição da Declaração da CIRADR+20 pelo IITC.

O uso da UNDROP e da UNDRIP para promover a reforma agrária
Organizado pela FIAN.

Alfonso (notas não disponíveis)



Veja algumas reflexões sobre a CIRADR+20 por Jun Borrás <https://www.tni.org/en/article/CIRADR20-and-the-emerging-global-coalition-behind-the-4rs>.

ENCONTRO COM REPRESENTANTES DOS PESCADORES DA COLÔMBIA

26 de fevereiro



Reunião entre a delegação de pescadores do CIP e o Conselho Nacional de Pesca Artesanal da Colômbia. Esta reunião foi organizada pelo Diretor da Autoridade de Pesca (AUNAP), William Tepud, e pelo Vice-Ministro da Agricultura, em resposta a um apelo dos representantes nacionais dos pescadores que participavam de uma reunião de dois dias, realizada paralelamente à CIRADR+20, que também trabalha para manter os representantes nacionais dos pescadores fora dos principais painéis e sessões da CIRADR+20. O espaço de compartilhamento foi apresentado como uma forma de dignificar os territórios dos povos pescadores e compartilhar experiências.

O delegado de Fiji observou que há leis demais e que seu povo tem medo de sair para pescar. O espaço para compartilhar foi limitado; as pessoas só puderam indicar seu nome, organização, movimento e país de origem. Algumas pessoas falaram um pouco mais.

Após a rodada de apresentações, o diretor da AUNAP pediu a algumas importantes representantes colombianas que compartilhassem um pouco de seu trabalho:

- Libia Stella Arciniegas, da ULAPA, explicou que lidera uma confederação de federações de mulheres comprometidas com o reconhecimento das mulheres nas lutas pelos modos de vida da pesca artesanal. Observando que a luta é para ser reconhecida. Ela compartilhou processos importantes, incluindo o reconhecimento da pesca artesanal como patrimônio cultural no rio Magdalena. Assim como processos em andamento focados na restituição da água e das famílias de pescadores
- Edgar Jay falou sobre a reivindicação da pesca por meio da autonomia na gestão pesqueira. Ele expressou que a revolução consiste em permitir que os pescadores possam pescar e governar, desafiando o poder das elites governantes. Ele destacou que existem regulamentações, mas não há implementação. Observando que a diversidade dos modos de vida pesqueiros é a verdadeira riqueza da humanidade.
- Carlos explicou que, em 1970, surgiu uma organização chamada AMPAC para proteger os direitos culturais, políticos e sociais dos pescadores. Ele observou que o processo constante é continuar exigindo, observando que há 15 representantes no conselho, mas que eles aspiram a pelo menos 35 e a receber proteção constitucional.
- Karen Perea, do Pacífico, disse que o mar está sob concessões do governo Petro e que eles se mobilizaram por suas lutas e sonhos. Ela também observou que as coletoras de conchas (*piangueras*) foram excluídas e que não pode haver um conselho nacional sem as mulheres. Apelando pela articulação da luta das mulheres e da pesca.



Em seguida, os facilitadores solicitaram recomendações para a Colômbia:

- A WFF mencionou a COFI e a importância dos comitês de pesca para a gestão das licenças de pesca.
- A delegada argentina da WFF mencionou que, na América Latina, as leis são discutidas por muito tempo, sugerindo que se seja rápido e se optem por leis simples e abertas. Além disso, mencionou que o segredo é focar na lei e não no financiamento para implementá-la.

Herman

- As Diretrizes da COFI de 2014 para a Pesca de Escala Pequena (PPE) ainda não foram implementadas.
- É muito importante que as Diretrizes da PPE sejam consideradas como base para a elaboração da política nacional.
- Estrutura estratégica global. Grupo consultivo. Plataforma de compartilhamento de conhecimento, auxiliando governos e movimentos sociais. Governos favoráveis; o governo da Colômbia poderia ser um governo favorável.
- Grupos consultivos regionais, no Caribe e na América; organizações colombianas podem fazer parte desses grupos.
- Planos de ação nacionais, um processo para implementar as diretrizes. Grupo de Ação Regional.
- Ele solicitou ao governo da Colômbia que assumisse um papel ativo no apoio aos movimentos e às Diretrizes da PPE.

Christiana

- Lake, no Quênia. A pesca como atividade de subsistência.
- Abordagem baseada em direitos na ONU 2006, povos indígenas.
- 2016, relatório sobre a pesca continental, grupo de trabalho no movimento. A pesca continental é bem recebida.

Erdogan

- Onde estão os jovens?
- Escreva uma carta sobre as histórias que precisamos compartilhar

Pablo

- Muitos pescadores não conhecem seus direitos; precisamos trabalhar com os povos indígenas para fortalecer sua conscientização sobre os instrumentos que protegem seus direitos.

Vice-ministro

- Pelo que estamos lutando.

- Protejam os pescadores artesanais; apoiamos os povos pescadores do mundo.
- Estamos comprometidos a lutar pela terra, pelo território, pela governança e por uma vida digna. Cometemos erros. Os governos passam, mas as organizações permanecem. Como vice-ministro da Agro-Pesca, nos unimos à coalizão colombiana pela agroecologia. Defendendo a vida, daqueles que produzem e consomem alimentos. O caminho passa pela participação.
- Vamos passar da conversa à ação.

William, diretor da AUNAP (autoridade pesqueira)

- O compromisso é claro; seria ótimo continuar discutindo.

